

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**ORIENTAÇÃO PRODUTIVA NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 1970 E 1985, COM BASE NAS
MESORREGIÕES HOMOGÊNEAS**

POR

LUÍS CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA

Parecer

Este exemplar corresponde a redação final da
dissertação de Mestrado defendida por Luís
Carlos Ferreira de Almeida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 06 de julho
de 1995. Campinas, 02 de agosto de 1995

Orientador:
Prof. Dr. JOÃO LUIZ CARDOSO

Garcia
Presidente da Banca

Dissertação apresentada em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Engenharia Agrícola.

Área de Concentração: Planejamento da Produção Agropecuária.

Campinas, SP

Julho de 1995

UNICAMP
EXCELENTE PRODUÇÃO

UNIDADE	BC
CHAMADA:	T UNICAMP
	AL 64o
DATA:	25/4/52
DC.	433/95
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
RECO	R\$ 11,00
VPA	14/09/95
CPD	

CB-00076475-0

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP**

AL64o	<p>Almeida, Luís Carlos Ferreira de</p> <p>Orientação produtiva na agropecuária brasileira: uma análise comparativa entre 1970 e 1985, com base nas mesorregiões homogêneas. / Luís Carlos Ferreira de Almeida.--Campinas, SP:[s.n.],1995.</p> <p>Orientador: João Luiz Cardoso.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.</p> <p>1. Planejamento agrícola. 2. Planejamento da produção. 3. Agropecuária. 4. Análise de componentes principais. 5. Análise por conglomerado. I. Cardoso, João Luiz. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.</p>
-------	--

*Gostaria nesse momento de agradecer
e homenagear o Professor, em especial nas pessoas
do meu Orientador, Prof. João Luiz Cardoso,
e do Prof. Antonio Cinque.*

SUMÁRIO

	Página
PÁGINA DE ROSTO.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
SUMÁRIO.....	iii
LISTA DAS TABELAS E QUADROS.....	vi
LISTA DAS FIGURAS.....	viii
RESUMO.....	ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS.....	4
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	6
4. MATERIAL E MÉTODOS.....	16
4.1 Material.....	16
4.1.1 Dados por Mesorregiões Homogêneas	16
4.1.2 Variáveis.....	22
4.2 Método.....	25

4.2.1 Análise de Componentes Principais.....	25
4.2.2 Análise Hierárquica.....	28
5. ANÁLISE DO SETOR RURAL BRASILEIRO.....	30
5.1 Base Tecnológica.....	32
5.2 Culturas Temporárias.....	37
5.3 Culturas Permanentes.....	44
5.4 Setor da Pecuária.....	49
5.5 Estrutura Fundiária.....	54
5.6 Evolução da mão-de-obra na agricultura.....	57
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	61
6.1 Análise em Componentes Principais.....	62
6.2 Análise Hierárquica.....	67
7. CONCLUSÕES.....	81
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
Anexo I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões.....	90
Anexo II	
Tabela 1 - Valores das Variáveis por Mesorregião 1970.....	99
Tabela 2 - Valores das Variáveis por Mesorregião 1985.....	103
Anexo III	
Figura 1 - Círculo de Correlação das Variáveis - eixos fatoriais 1 e 2 (1970).....	107
Figura 2 - Círculo de Correlação das Variáveis - eixos fatoriais 1 e 3 (1970).....	108
Figura 3 - Círculo de Correlação das Variáveis - eixos fatoriais 1 e 2 (1985).....	109

Anexo IV - Valores das observações associados aos eixos fatoriais (AXE).....	110
Anexo V	
Figura 1 - Árvore Hierárquica, 1970.....	112
Figura 2 - Árvore Hierárquica, 1985.....	113
Anexo VI	
Gráfico 1 - Coordenadas das Observações sobre os eixos fatorais 1 e 2 (1970).....	114
Gráfico 2 - Coordenadas das Observações sobre os eixos fatorais 1 e 3 (1970).....	115
Gráfico 3 - Coordenadas das Observações sobre os eixos fatorais 1 e 2 (1985).....	116
Tabela 1 - Coordenadas das observações sobre os eixos fatorais, relação dos pontos ocultos.....	117

LISTA DAS TABELAS E QUADROS

Tabela 4.1 - Distribuição das Mesorregiões por Unidade da Federação.....	19
Tabela 5.1 - Evolução na utilização de tratores por Região, 1970/85.	33
Tabela 5.2 - Indicadores de tecnificação - Brasil e Regiões, 1970/1975/1980/1985.	34
Tabela 5.3 - Percentagem dos estabelecimentos que utilizam fertilizantes químicos, por Região.....	35
Tabela 5.4 - Taxas de crescimento geométrico anual do mercado de defensivos agrícolas em períodos selecionados (% ao ano).....	37
Tabela 5.5 - Variação da área com lavouras temporárias, por região, nos períodos 1970/75, 1975/80, 1980/85 e 1970/85.....	38
Tabela 5.6 - Índices de expansão de área para as culturas de soja, trigo e cana, por região, e percentagem de participação no total nacional (1970=100)..	41
Tabela 5.7 - Áreas da Cultura de Cana-de-açúcar e índices de crescimento, por Região.....	43
Tabela 5.8 - Áreas da Cultura de Algodão herbáceo e índices e crescimento, por Região.....	44

Tabela 5.9 - Áreas com Lavouras Permanentes e índices de crescimento, por Região.....	45
Tabela 5.10 - Áreas da Cultura da Laranja e índices de crescimento, por Região.....	47
Tabela 5.11 - Áreas da Cultura do Café e índices de crescimento, por Região	48
Tabela 5.12 - Áreas plantadas e números índices, para a cultura do café, para Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo	49
Tabela 5.13 - Efetivos Bovinos por Região e taxas de crescimento nos períodos 1970/75, 1975/80 e 1980/85.....	50
Tabela 5.14 - Efetivos suínos por Região e taxas de crescimento nos períodos 1970/75, 1975/80 e 1980/85.....	53
Tabela 5.15 - Efetivos de aves por Região e taxas de crescimento, nos períodos 1970/75, 1975/80 e 1980/85.....	54
Tabela 5.16 - Variação do número de estabelecimentos agropecuários, nas regiões geoeconômicas (1975/80 e 1980/85).....	56
Tabela 5.17 - Área média dos estabelecimentos por Região 1970/85.....	56
Tabela 5.18 - Variação percentual do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado, para Brasil, nos períodos 1975/80 e 1980/85.....	58
Tabela 5.19 - Evolução do número de estabelecimentos agrícolas com menos de 10 pessoas ocupadas, nos períodos 1970 e 1985.....	60
Quadro 6.01 - Coeficiente de correlação das variáveis com os cinco primeiros fatores, para os períodos de 1970 e 1985.....	63
Quadro 6.02 - Grupos de Mesorregiões para os períodos de 1970 e 1985	69

LISTA DAS FIGURAS

FIGURA 4.1 - Brasil em Mesorregiões	21
FIGURA 6.1 - Brasil: caracterização regional (1970).....	70
FIGURA 6.2 - Brasil: caracterização regional (1985).....	71

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo principal de analisar a orientação produtiva da atividade agropecuária, tomando-se como base as Mesorregiões Geográficas do Brasil. De modo específico, busca-se estudar as possíveis mudanças ocorridas na agropecuária de 1970 para 1985, utilizando-se inclusive a formação de grupos de mesorregiões relativamente homogêneos. Os dados são provenientes dos Censos Agropecuários de 1970 e 1985 (da FIBGE) e se referem a 88 mesorregiões geográficas. Foram elaboradas 24 variáveis relacionadas a: estrutura fundiária, estrutura da produção, nível tecnológico e indicadores sócio-econômicos (com dados sobre pessoal ocupado). Além de análises descritivas foram utilizados os métodos de análise fatorial em componentes principais e a classificação automática hierárquica. Foram então constituídos 6 grupos de mesorregiões para 1970 e 5 grupos para 1985. Através da comparação dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985 foi possível constatar que houve reversão do dinamismo da agropecuária no período 1980/85. Várias atividades que vinham apresentando crescimento acentuado desde 1970 até 1980 mudam as tendências em 1980/85, chegando em alguns casos a voltar aos mesmos patamares de 1970. Os métodos empregados deixam claro a ocorrência de diversas particularidades importantes, embora as características gerais dos grupos de mesorregiões não mostrassem mudanças muito acentuadas quando efetuada a comparação entre os períodos.

1. INTRODUÇÃO

O período compreendido entre os anos de 1970 e 1985 foi caracterizado por amplas transformações da agropecuária brasileira. Essas transformações envolveram tanto os aspectos tecnológicos, como a orientação (regionalização) das diversas atividades agropecuárias, quanto à distribuição espacial.

Para efeito do presente trabalho, deve-se entender orientação produtiva como a forma de utilização das terras para exploração das diversas atividades agropecuárias, envolvendo os aspectos de distribuição espacial (regionalização) bem como os deslocamentos de direções (rumos) ocorridos ao longo do território, tomando-se como base os agrupamentos de mesorregiões homogêneas.

A investigação de como evoluiu a agropecuária brasileira e de como ocorre a sua distribuição geográfica é muito importante não só para a compreensão das profundas transformações que ocorreram nesse período, mas também como instrumento para a tomada

de decisões de planejamento agrícola.

No entanto, quando são realizados estudos buscando uma caracterização da produção agrícola, estes estão voltados principalmente para elementos de Zoneamento Agrícola, contemplando muito mais aspectos agroecológicos para uma série de culturas ou atividades pecuárias, do que propriamente da forma como se dá a orientação da atividade agropecuária na região estudada. Portanto, com menos ênfase para aspectos relacionados à estrutura fundiária ou sócio-econômicos.

Podem ser citados como exemplos os trabalhos da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (1974-77), e de NASCIMENTO et al. (1975), o primeiro tratando de um zoneamento de culturas e o segundo com um zoneamento da pecuária e, mais recentemente, os trabalhos do Instituto Agronômico de Campinas, todos eles para o Estado de São Paulo. Para o país, há o Delineamento Macroagroecológico do Brasil, elaborado pelo Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1990).

Nacionalmente, a regionalização da atividade agrícola é de grande importância, tendo sido inclusive objeto de enfoque de diretrizes de política econômica para a agricultura.

Essas diretrizes, em um de seus pontos, tinham "objetivos de racionalização espacial da produção através de investimentos localizados conforme as vocações agrícolas sub-

regionais incrementando a produção em escala", de acordo com texto de Portaria Interministerial (Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento e Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, 1991, p. 6).

Esse mesmo documento ainda enfatizava a necessidade da realização de uma política de zoneamento agro-industrial e de comercialização como instrumento de melhoria da renda e contenção da fronteira agrícola.

Dessa forma, o conhecimento do processo de produção ou de como esta se orienta e se distribui no País, em seus mais variados aspectos, como por exemplo, o grau de desenvolvimento tecnológico, a estrutura fundiária e os tipos de atividades agropecuárias exploradas, é muito importante para as ações de planejamento agrícola. Incluem-se aí, evidentemente, as indicações para a melhoria do processo de comercialização ou alocação de recursos para linhas de crédito agrícola, à medida que possibilita visualizar a distribuição das diferentes atividades agropecuárias no território nacional.

2. OBJETIVOS

Dessa forma, esse trabalho tem o objetivo principal de analisar a orientação produtiva da atividade agropecuária, tomando-se como base as Mesorregiões Geográficas do Brasil, para os períodos de 1970 e 1985, considerando-se, para tal, diferentes aspectos, como os seguintes: distribuição dos principais tipos de atividades agropecuárias exploradas, graus de desenvolvimento tecnológico, condições da estrutura fundiária e da mão-de-obra empregada, com a finalidade de observar mudanças que possam ter ocorrido.

Ao mesmo tempo, também para os mesmos períodos, pretende-se obter e analisar grupos de mesorregiões tão homogêneos quanto possível, diferenciando-se portanto uns dos outros pelas características básicas que possam apresentar.

Subsidiariamente, pretende-se, também, realizar uma análise do setor rural brasileiro, no período acima citado, enfocando os seguintes aspectos: base tecnológica, culturas

temporárias e permanentes, sub-setor de pecuária, estrutura fundiária e evolução da mão-de-obra na agricultura, para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão de literatura aqui apresentada não pretende ser exaustiva. Busca-se, sobretudo, apresentar trabalhos de caracterização do setor rural e urbano para os quais foram utilizadas as técnicas de análise multivariada (análises fatorial e hierárquica).

KELLER (1970), realizou um estudo para o Estado do Paraná, buscando uma classificação dos tipos de agricultura na metade sul deste Estado. Trabalhando com 65 variáveis que combinavam características sociais, de utilização da terra e combinação de culturas, de nível técnico, intensidade da agricultura e de produção para um universo de 108 municípios, a autora extraiu 18 fatores, que representavam 84,97% da variação total. Esses fatores puderam ser resumidos e caracterizados como representativos de estrutura fundiária (tamanho dos estabelecimentos), organização da agricultura (nível técnico e utilização da área) e de produção (valor da produção, rendimento cultural e produtividade do trabalho). Finalmente, utilizando-se da análise "cluster", tendo como medida os valores das

coordenadas das observações nos eixos fatoriais, foram definidos 19 grupos distintos quanto às suas características.

Objetivando definir as principais linhas de diferenciação da organização agrária regional e identificar grupos que apresentassem unidades similares na atividade agrária, GUSMÃO (1974), realizou um trabalho de organização agrária para os estados da região sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Tendo como base 64 microrregiões homogêneas, medidas em função de 35 variáveis, pôde o autor identificar 7 fatores relacionados a: orientação geral da agricultura, tipos de sistemas agrários, combinação de culturas de trigo e soja, regime de exploração da terra, regime de exploração da terra/ocupante, atividades agrárias especializadas e tipos de criação. Os fatores tiveram poderes explicativos de 20,03%, 15,97%, 12,88%, 10,61%, 6,08%, 5,80% e 5,43%, respectivamente, totalizando 76,8%. Após a caracterização dos sete fatores que identificaram os principais aspectos do quadro agrário do sul do país, foi realizada uma análise de grupamento, baseada nas medidas dos coeficientes de similaridade entre lugares, estabelecidos em função dos fatores determinados através da análise fatorial, sendo tipificados 21 grupos de microrregiões

BARNUM (1976), utilizando a análise fatorial, estudou as interrelações entre 27 variáveis políticas e sociais, estrutura econômica e migração rural para 21 países. Nesta análise, em que os dois primeiros fatores obtidos explicaram 52% da variação total, o autor

observou uma forte associação entre estas variáveis, influenciando o fluxo migratório rural-urbano.

JUDEZ et al. (1976), realizaram estudo analisando a orientação produtiva para cada uma das cinqüenta províncias espanholas. Trabalhando com 15 variáveis, para dois períodos (1962 e 1971) e usando componentes principais, os autores obtiveram 8 fatores para 1962 e 9 fatores para 1971, explicando 95% da variância total em ambos os períodos. Utilizando os dois primeiros eixos fatoriais e as projeções das províncias e das variáveis relativas à produção no plano formado por ambos os eixos, foi possível obter 7 grupos, relacionados respectivamente aos seguintes aspectos: orientação cereal, viticultura, fruticultura e horticultura, pecuária, plantas básicas para obtenção de óleos e agroindústria.

Um trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - (1978), buscou estabelecer um zoneamento agrário do País, ao nível de microrregião homogênea (MRH), com o fim de determinar quais seriam as áreas prioritárias para fins de reforma agrária, através da metodologia de Componentes Principais e da Análise de Agrupamentos, com base em 50 variáveis. O zoneamento proposto definiu áreas prioritárias para reforma agrária, a partir de fatores relacionados ao nível tecnológico, mão-de-obra na agricultura e pressão demográfica. Os 10 componentes retidos explicaram 74,9% da variância total, sendo que somente os 3 primeiros permitiram um explicação adequada, com um total de 47,7% da variância total observada. O primeiro componente (26,6%) esteve fortemente correlacionado aos indicadores de desenvolvimento; o segundo componente

(11,9%), ligado à baixa densidade demográfica e a grandes fazendas de gado; e o terceiro componente (9,1%), ligado à grande propriedade capitalista e a regiões onde predomina a pequena propriedade tradicional. Como conclusão foram elaborados vários mapas, por MRH, relacionados à Modernização e Desenvolvimento, Concentração Fundiária, Estrutura Fundiária, Nível Tecnológico, que serviriam de base para um programa de reforma agrária.

SPOSITO FLORES (1979), estudando as fontes de variação da produtividade econômica de propriedades leiteiras da zona ocidental do Estado de Miranda (Venezuela), através do método de análise fatorial em componentes principais, com 28 variáveis técnico-econômicas em 23 propriedades leiteiras, extraiu os seguintes fatores como fontes da variação observada entre as propriedades: Dimensão, Intensidade de Produção, Manejo, Produção Forrageira e Comercialização, que influenciaram diretamente a produtividade leiteira, sendo que estes fatores explicaram 68,64% de toda variação observada. A partir dos resultados constatados o autor sugeria que, para o aumento do rendimento econômico, dever-se-ia começar pela busca de melhor produtividade por animal, um melhor equilíbrio entre vacas em produção e em descanso e de uma melhora substancial no manejo do rebanho. O autor concluía ainda que seria necessário aumentar consideravelmente a produtividade das áreas forrageiras e, finalmente, investigar sobre a quantidade de terras compatíveis com outros recursos disponíveis.

ANANIA (1981), empregando Análise Fatorial em Componentes Principais, estudou 1349 propriedades do Distrito de Cesena (Itália), em função de 24 variáveis, relacionadas à

ordem estrutural (5 variáveis), atividade agrícola (6 variáveis), atividade zootécnica (4 variáveis), intensidade da atividade agrícola (2 variáveis), trabalho (5 variáveis) e produtividade (2 variáveis), com o objetivo de individualizar quais elementos seriam relevantes para explicar os fatores que determinam as diferenças existentes entre propriedades e grupos de propriedades.

Da solução inicial da Análise Fatorial, obtiveram-se 7 fatores, relacionados respectivamente a: dimensão da propriedade, localização altimétrica, mão-de-obra familiar utilizada na propriedade, intensidade da atividade agrícola, número de aves, forma de condução da propriedade e especialização em fruticultura/viticultura versus especialização hortícola/industrial. Esses fatores explicaram 61,1% da variação total observada.

JUDEZ e GARCIA-VELAZQUEZ (1983) realizaram um estudo comparativo de um grupo de regiões classificadas como de orientação cereal de cinco países (Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal), com o objetivo de avaliar a produtividade do trabalho nestas regiões, utilizando para isso as técnicas da análise em componentes principais e hierárquica.

Trabalhando com 8 subgrupos como observações (obtidos a partir de um trabalho prévio, sobre a análise comparativa das estruturas agrícolas ao nível regional da Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal, realizado por esses mesmos autores e colaboradores, em 1981) e com 10 variáveis que pudessem caracterizar os fatores terra (3), trabalho (3), capital

(2) e produtividade da terra (2), os autores buscaram comparar e explicar as diferenças da produtividade do trabalho nas regiões consideradas como de orientação cereal.

As variáveis relacionadas foram classificadas em 5 níveis - de muito forte a muito fraca - e associadas aos 8 subgrupos, o que permitiu descrever cada um desses subgrupos a partir das características das estruturas dos fatores de produção e da produtividade do trabalho.

Os autores também realizaram uma análise factorial, em que os dois primeiros eixos factoriais explicaram 67,2% da variância total, sendo possível observar as relações existentes entre as variáveis, o que contribuiu para explicar qualitativamente as diferenças regionais observadas entre os subgrupos de regiões em função dos vários níveis da produtividade do trabalho.

FÜRST (1984), usando o método das componentes principais, fez um amplo estudo das relações intersetoriais no Brasil, para o ano de 1970. A autora, trabalhando inicialmente com 86 setores e 160 produtos, obteve 24 fatores com autovalores iguais ou superiores a um, com uma explicação de 85% da variância total observada.

Em um segundo momento, a análise foi feita com a eliminação de 13 setores, utilizando como critério de escolha os fatores que explicassem no mínimo 2% da variância total. A autora obteve 15 fatores ou componentes, explicando 66% da variância total.

Utilizando ainda outros critérios de agregação (técnicas Q e R), a autora obteve 13 fatores que explicavam de forma satisfatória as relações intersetoriais observadas. Os fatores obtidos foram relacionados respectivamente a: indústria de maquinaria e equipamentos, agropecuária e beneficiamento de seus produtos, indústria automotiva, pecuária e beneficiamento de seus produtos, indústria têxtil, indústria de açúcar e álcool, setor coureiro/calçadista, fabricação de papel e artefatos, setor de insumos elétricos, extração de matéria prima mineral, indústria de fundição e laminação, indústria de beneficiamento de matéria prima vegetal, e indústria da madeira e da pesca. Finalmente, a autora concluiu que a técnica utilizada se mostrou eficiente para as características do problema a ser estudado.

FUENTES-LLANILLO (1984), realizou uma caracterização da estrutura de produção agropecuária do Estado do Paraná, para suas 24 Microrregiões Homogêneas, através do estudo de variáveis ligadas à distribuição da posse da terra, ao uso da terra, tecnologia, capital, emprego e relações de trabalho, além da avaliação das limitações de solo e clima. Utilizando a análise factorial com 30 variáveis para três períodos distintos, 1970, 1975 e 1980. Para cada período foram retidos os 3 fatores principais, que explicaram respectivamente 65,9%, 66,8% e 67,8% da variância total. O autor, fazendo uso dos resultados em relação às 24 MRH, para 1980, procedeu a regionalização do Estado, identificando 8 zonas diferenciais da estrutura agrária, que não se apresentaram, necessariamente, contíguas sob o aspecto geográfico.

LEONE (1988), buscando provar a hipótese de relação direta entre o grau de modernização da agricultura e o nível de desigualdade de renda agrícola, para o Estado da Bahia, utilizou a análise dos Componentes Principais e a análise de regressão.

Utilizando 26 microrregiões homogêneas desse Estado, caracterizadas em função de 18 variáveis indicadoras do grau de modernização, relacionadas à intensidade de exploração da terra (9 variáveis), produtividade do trabalho (3), uso do trabalho assalariado (2), financiamento (2) e escala do empreendimento (2) e, fazendo uso do método das Componentes Principais, a autora obteve para os três primeiros fatores uma explicação de 74,9% da variância total. Os fatores estavam relacionados respectivamente à modernização capitalista da agricultura, intensidade de exploração da terra e intensidade do uso do solo através da utilização de "tecnologia de ponta".

A autora constatava, mediante o uso de técnicas de regressão, que as variáveis associadas ao primeiro fator contribuíam para aumentar a renda média e a desigualdade e reduzir a incidência de pobreza. As do segundo fator afetavam diretamente o nível e desigualdade da renda e as do terceiro fator se relacionavam somente com a renda média. Finalmente, a autora realizou um zoneamento do Estado da Bahia em função dos graus de modernização, obtendo 8 regiões distintas, quanto às suas características.

KIYUNA (1989), analisou a estrutura de produção agropecuária para o Estado de São Paulo, em função de um conjunto de variáveis relativas à modernização, para 43

microrregiões homogêneas, objetivando estudar o impacto da modernização da agricultura sobre a distribuição de renda no setor agrícola. Utilizando a análise de componentes principais, a autora detectou 8 zonas agrícolas distintas quanto ao grau e à natureza da modernização agrícola. Constatou, finalmente, que a modernização contribui para o aumento da renda média e mediana e diminui o grau de pobreza absoluta.

CARDOSO (1991), trabalhando com as unidades da Federação, para dois períodos, 1980 e 1985, buscou diferenciar a estrutura de produção na agropecuária, utilizando-se para tanto da análise fatorial em componentes principais e da classificação automática hierárquica .

A análise fatorial em componentes principais foi realizada utilizando, em um primeiro momento, 32 variáveis, relacionadas à "dimensão produtiva" e, posteriormente, 22 variáveis relacionadas à produtividade física, valor de produção por área, áreas de lavouras permanentes em relação à área total, denominando esse conjunto de "intensidade produtiva". Em seguida foi realizada a análise hierárquica, com a finalidade de selecionar grupos de Unidades da Federação.

A partir do que o autor denominou de "dimensão produtiva", foi possível obter 6 grupos para o ano de 1980 e 7 grupos para 1985. No que se refere aos aspectos de "intensidade produtiva", foram obtidos 7 grupos para 1980 e 9 para 1985.

O autor constatou uma acentuada heterogeneidade da estrutura produtiva, envolvendo tanto aspectos quantitativos quanto os referentes à produtividade dos fatores. Verificou também a necessidade de maiores atenções com a regionalização da produção, planejamento dos estímulos em pesquisa, assistência técnica, financiamento e comercialização, considerando-se para tal os diferentes níveis de produção e produtividade dos fatores terra, mão-de-obra, mecanização, insumos em geral, de cada unidade geográfica.

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1 MATERIAL

4.1.1 Dados por Mesorregiões Homogêneas

Os dados básicos, referentes a 1970, 1975, 1980 e 1985, foram obtidos dos Censos Agropecuários, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Saliente-se que, no momento da obtenção dos dados de 1985, as tabelas definitivas ainda não haviam sido publicadas, utilizando-se, então, listagens de computador, obtidas junto à IBGE.

A Divisão Administrativa usada para a análise dos dados, para os dois períodos, tem como base as Mesorregiões Homogêneas, como constam na Sinopse do Censo Agropecuário de 1985, e definidas "como unidades homogêneas relativamente maiores que as microrregiões, porém menores que o Estado ou Território. Foram criadas obedecendo ao mesmo princípio da classificação das microrregiões homogêneas, tendo estas sido fixadas de

acordo com o dispositivo do Decreto 67.647 de 23 de novembro de 1970, com a Resolução nº 1, de 8 de maio de 1969, da Comissão de Planejamento e Normas Geográficas-Cartográficas e a Recomendação nº 1, de 30 de março de 1971, da Comissão Nacional de Planejamento e Normas." (Censo Agropecuário de 1985, p. XII).

Considerando o espaço geográfico em estudo (Mesorregiões) houve a necessidade de realizar ajustes para os dados de 1970, devido à inexistência da divisão específica em mesorregiões no censo de 1970. Assim, foram agregadas as microrregiões em mesorregiões, uma vez que as segundas são formadas por um conjunto específico de Microrregiões (anexo I).

Da mesma forma, houve a necessidade de se adequar o espaço físico, para o ano de 1985, para as mesorregiões constituintes das três unidades da federação que na época compunham a Região Centro-Oeste. Tal ajuste se fez necessário, porque a publicação definitiva do Censo Agropecuário de 1985 incorporou mudanças no quadro das mesorregiões, definindo uma divisão diferente da existente na Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985, para esses três Estados.

Dada a sua incipiente produção agrícola, foi excluído o Território de Fernando de Noronha e o Estado da Guanabara foi computado como microrregião pertencente à Mesorregião do Grande Rio de Janeiro.

Assim, o espaço geográfico em estudo está composto, para os dois períodos, de 88 Mesorregiões.

As 88 Mesorregiões que compõem o quadro da divisão administrativa do Brasil, utilizadas nesse trabalho, são citadas por ordem numérica, conforme a ordem por Unidade da Federação (UF), na Tabela 4.1., e representadas graficamente na Figura 4.1.

Tabela 4.1 - Distribuição das Mesorregiões por Unidade da Federação

UF	Mesorregião	Sigla
RONDÔNIA	Rondônia	(001)
ACRE	Acre	(002)
AMAZONAS	Hiléia Amazonense	(003)
	Manaus	(004)
RORAIMA	Roraima	(005)
PARÁ	Hiléia Paraense	(006)
	Leste Paraense	(007)
	Belém	(008)
AMAPÁ	Amapá	(009)
MARANHÃO	Oeste Maranhense	(010)
	São Luiz	(011)
	Leste Maranhense	(012)
	Sul Maranhense	(013)
PIAUÍ	Norte Piauiense	(014)
	Teresina	(015)
	Sul Piauiense	(016)
CEARÁ	Norte Cearense	(017)
	Fortaleza	(018)
	Centro Leste Cearense	(019)
	Sul Cearense	(020)
RIO GRANDE DO NORTE	Oeste Potiguar	(021)
	Central Potiguar	(022)
	Natal	(023)
PARAÍBA	Sertão Paraibano	(024)
	Agreste e Brejo Paraibano	(025)
	João Pessoa	(026)
PERNAMBUCO	Sertão Pernambucano	(027)
	Agreste Pernambucano	(028)
	Mata Pernambucana	(029)
	Recife	(030)
ALAGOAS	Sertão e Agreste Alagoano	(031)
	Mata Alagoana	(032)
	Maceió	(033)
SERGIPE	Sergipana	(034)
	Aracaju	(035)
BAHIA	Oeste Baiano	(036)
	Leste Baiano	(037)
	Salvador	(038)
	Litoral Sul Baiano	(039)
MINAS GERAIS	Noroeste Mineiro	(040)
	Nordeste Mineiro	(041)
	Centro Oeste Mineiro	(042)
	Triângulo Mineiro	(043)
	Mata e Rio Doce Mineiro	(044)
	Sudoeste Mineiro	(045)
	Centro Oeste Mineiro	(046)
	Belo Horizonte	(047)

Tabela 4.1 - Continuação

UF	Mesorregião Homogênea	(sigla)
ESPÍRITO SANTO	Espírito Santo	(048)
	Vitória	(049)
RIO DE JANEIRO	Norte Fluminense	(050)
	Centro Leste Fluminense	(051)
	Periferia do Grande Rio	(052)
	Vale do Paraíba Fluminense	(053)
	Grande Rio de Janeiro	(054)
SÃO PAULO	Alta e Média Araraquarense	(055)
	Campinas e Ribeirão Preto	(056)
	Mantiqueira Paulista	(057)
	Sudoeste Paulista	(058)
	Vale do Paraíba Paulista	(059)
	Sul Paulista	(060)
	Grande São Paulo	(061)
	Serra e Litoral Norte Paulista	(062)
	Baixada Santista	(063)
	Curitiba	(064)
PARANÁ	Leste Paranaense	(065)
	Oeste Paranaense	(066)
	Norte Paranaense	(067)
	Leste Catarinense	(068)
SANTA CATARINA	Florianópolis	(069)
	Sul Catarinense	(070)
	Oeste Catarinense	(071)
	Porto Alegre	(072)
RIO GRANDE DO SUL	Encosta do Planalto Meridional	(073)
	Leste Riograndense	(074)
	Caxias do Sul	(075)
	Planalto Meridional do RGSS	(076)
	Oeste Gaúcho	(077)
	Campo Grande	(078)
MATO GROSSO DO SUL	Planalto Sul Mato-grossense	(079)
	Pantanal Mato-grossense	(080)
	Norte do Mato Grosso	(081)
MATO GROSSO	Cuiabá	(082)
	Sudoeste do Mato Grosso	(083)
	Norte Goiano	(084)
GOIÁS	Alto Araguaia-Tocantins	(085)
	Goiânia	(086)
	Sul Goiano	(087)
DISTRITICO FEDERAL	Distrito Federal	(088)

Fonte: FIBGE. Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1985

Figura 4.1 - Brasil em Mesorregiões



Fonte: FIBGE. Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1985

4.1.2 Variáveis

As variáveis foram selecionadas com o objetivo de proporcionar elementos que possam caracterizar a forma de utilização das terras para a produção agropecuária das Mesorregiões, tanto nos seus aspectos técnicos como sócio-econômicos. Dessa forma, as variáveis utilizadas estão orientadas de acordo com os seguintes aspectos:

4.1.2.1 Estrutura Fundiária:

EIC - Porcentagem de estabelecimentos com áreas inferiores a 100 hectares (número de estabelecimentos com áreas inferiores a 100 ha / número total de estabelecimentos x 100)

ESM - Porcentagem dos estabelecimentos com áreas superiores a 1000 hectares (número de estabelecimentos com áreas superiores a 1000 ha / número total de estabelecimentos x 100)

4.1.2.2 Estrutura da produção, com dados sobre culturas temporárias e permanentes, bem como os relativos à atividade pecuária.

Para as atividades de cultura, as seguintes variáveis são utilizadas:

i) áreas com culturas temporárias, em hectares, de:

ALG - Algodão (herbáceo)

AME - Amendoim

ARR - Arroz

CAN - Cana-de-açúcar

FEI - Feijão (1.^a, 2.^a e 3.^a safras)

MAN - Mandioca

MIL - Milho

SOJ - Soja

TRI - Trigo

ii) áreas com culturas permanentes, em hectares de:

CAF - Café

LAR - Laranja

iii) Para as atividades pecuárias, as seguintes variáveis são utilizadas:

PNT - áreas com Pastagens naturais, em hectares.

PFR - áreas com Pastagens artificiais, em hectares.

BOV - Efetivo dos bovinos totais (número de cabeças)

SUI - Efetivo de suínos (número de animais)

AVI - Efetivo de aves (número de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos)

4.1.2.3 Informações sobre níveis tecnológicos, obtidos através de indicadores referentes a crédito agrícola, fertilizantes, áreas irrigadas e máquinas agrícolas.

CRE - Crédito de custeio (milhares de cruzeiros / área total dos estabelecimentos, em mil hectares). Esta variável foi utilizada pressupondo-se que o crédito rural tem condições de viabilizar (ou facilitar) a utilização da tecnologia por parte dos produtores.

FER - Porcentagem dos estabelecimentos que utilizam fertilizantes químicos (número de estabelecimentos que utilizam fertilizantes / número total de estabelecimentos x 100).

AIR - área irrigada, em hectares.

TRA - Número de tratores por mil hectares de culturas temporárias e permanentes

4.1.2.4 indicadores sócio-econômicos, com dados sobre pessoal ocupado:

MDE - número de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas.

MCE - Número de estabelecimentos com mais de 50 pessoas ocupadas.

Os dados das variáveis correspondentes a cada observação, para os dois períodos, podem ser visualizados no anexo II.

4.2 MÉTODO

O tratamento dos dados foi realizado em duas fases. Numa primeira fase, o método empregado foi o da Análise Fatorial em Componentes Principais (ACP). Numa segunda fase, a partir dos resultados da ACP, foi utilizada a Análise Hierárquica.

Para a obtenção dos resultados, tanto da ACP como da Análise Hierárquica, foi utilizado o conjunto de programas STAT-ITCF do Serviço de Estudos Estatísticos do “Institut Technique des Céréales et des Fourrages” (França).

4.2.1 Análise de Componentes Principais

A Análise dos Componentes Principais (ACP), técnica criada por Pearson em 1901, mais tarde desenvolvida por Hotelling, em 1933 (SAS, 1985), consiste numa técnica de análise multivariada de dados para investigar variáveis quantitativas. Especificamente, o objetivo da ACP consiste em transformar a matriz considerada, a fim de caracterizar as observações mediante um pequeno número de variáveis não correlacionadas entre si que possibilitem a análise da estrutura da matriz de dados (JUDEZ, 1988).

O princípio do método de ACP é transformar por meio de uma rotação ortogonal, isto é, minimizando a soma dos quadrados das distâncias dos pontos a uma reta, "um conjunto de n variáveis em um conjunto de n combinações lineares destas variáveis reproduzindo totalmente a informação contida no conjunto original" (FÜRST, 1984, p.187). Assim, cada uma das Componentes Principais é uma combinação linear das variáveis originais. Essas combinações lineares são construídas de forma a abranger sucessivamente a maior parcela da variância contida nos dados. Dessa forma, a primeira componente obtida explica uma parcela maior da variância do que a segunda componente, e assim sucessivamente. Dessa maneira, costuma-se desconsiderar as últimas componentes que participam, a priori, com pequena parcela da variância do sistema (FÜRST, 1984).

Neste trabalho, as variáveis são utilizadas na sua forma centrada reduzida, isto é, cada variável deve ter média zero e desvio padrão igual a um, o que, segundo MARSAL (1973), apresenta as seguintes vantagens: a origem dos eixos representativos das variáveis está situada no centro de gravidade da dispersão dos pontos - observações e estas variáveis são medidas da mesma maneira, ou seja, em unidades de desvio padrão, sendo assim retirado o efeito de unidades distintas.

Matematicamente, a partir da matriz Z dos dados centrados reduzidos das variáveis e observações é obtida a matriz de correlação de ordem $n \times m$, determina-se m autovalores, $\lambda_1, \lambda_2, \dots, \lambda_j, \dots, \lambda_m$. Em princípio, m é igual a n , mas pode-se proceder de forma que m seja nitidamente inferior a n , pois a obtenção desses autovalores é feita de ordem decrescente, ou

seja, o primeiro autovalor obtido mede uma parte da variância total do sistema maior que o segundo e assim por diante (CARDOSO, 1991).

Segundo FÜRST (1984), um dos problemas do método das Componentes Principais é determinar o número de componentes a serem analisados. O critério mais comum, segundo a autora, seria o de considerar os autovalores maiores ou iguais a um, uma vez que a variância total do sistema é igual ao número de variáveis, e os autovalores menores que este valor estariam dessa forma contribuindo com menos de uma variável, caso a distribuição fosse uniforme.

Outra forma seria de considerar a variância acumulada pelos primeiros fatores. "Quanto mais próximo de 100, tanto mais a dispersão dos pontos é sintetizada pelos m fatores retidos" (CARDOSO, 1991, p. 421).

Uma outra maneira de se determinar o número dos fatores consistiria em retê-los somente até quando se considerasse insignificante a parcela com que o próximo fator contribuisse para a explicação total (Wells e Sheet, apud BUSSAB et al., 1990).

4.2.2 Análise Hierárquica

A segunda fase do trabalho consiste em realizar uma Análise Hierárquica ("Cluster Analyses"). Esta análise, segundo Everitt apud JUDEZ, (1988, p. 147), citando trabalhos de Galen e Aristóteles, teve sua origem na idade antiga, "sendo posteriormente desenvolvida sobre todo o domínio da biologia (trabalhos de Lineu no século XVIII, e Lindeley no século XIX) e na zoologia". Este mesmo autor considera como "pioneiros da taxonomia numérica os trabalhos de Adason (século XVIII), também aplicados à biologia".

A análise hierárquica consiste em resolver o problema de dada uma amostra de n objetos (indivíduos ou observações), cada uma delas medidas por p variáveis, procurar um esquema de classificação que agrupe os objetos em g grupos, devendo ser determinado, também, o número e as características desses grupos (Everitt, apud BUSSAB et al., 1990, p. II).

Utilizando-se a Técnica Hierárquica, na qual as observações (ou indivíduos) são classificadas em diferentes etapas, de modo hierárquico, obtém-se uma "árvore" de classificação (dendrograma), cujo procedimento é de agregação sucessiva de indivíduos e, em seguida, de grupos de indivíduos. A utilização das coordenadas dos indivíduos sobre os eixos principais (resultantes da ACP) tem como objetivo principal a redução da dimensão da matriz de dados a ser agrupada, facilitando a análise, sem que ocorra, no entanto, uma perda significativa da informação original.

As observações foram agrupadas utilizando-se como dados básicos os valores das coordenadas das observações nos eixos fatoriais, obtidos a partir da análise dos Componentes Principais (JUDEZ, 1988).

O método de agregação utilizado foi o da classificação ascendente hierárquica de momento de ordem dois.

Tendo sido obtidos resultados gráficos, a análise da "árvore" contendo as observações serviu de base para a definição do número de grupos a serem retidos. "O nível de 'corte' do dendrograma foi realizado analisando-o de forma a buscar alterações significativas dos níveis de similaridade entre as sucessivas fusões obtidas" (BUSSAB et al., 1990, p. 79).

Dessa forma, ao se escolher um nível elevado, obteve-se um número de grupos pequeno, ocorrendo o inverso quando o nível de "corte" foi mais baixo. Assim, o "corte" foi feito com o objetivo de se obter um número de grupos relativamente homogêneos e que pudessem ser diferenciados uns dos outros.

5. ANÁLISE DO SETOR RURAL BRASILEIRO

Antes da aplicação dos métodos de análise multivariada de dados, procurou-se efetuar uma análise descritiva para mostrar algumas características relevantes da agropecuária brasileira, a fim de que haja uma melhor compreensão sobre as mudanças ocorridas no período em estudo.

O período compreendido entre os anos de 1970 e 1985 foi, sem dúvida, de profundas mudanças na agricultura brasileira. O crédito rural esteve profundamente relacionado a estas mudanças.

KAGEYAMA (Coord. 1987, p. 56), analisando o período em questão, divide a política de crédito agrícola em dois momentos:

"O primeiro momento, que vai da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural até o final da década de 70, corresponde ao movimento de implantação/consolidação do padrão

integrado de crescimento da agricultura. Neste período, o crédito agrícola total cresceu vertiginosamente: entre 1970 e 1979, a disponibilidade de crédito cresceu 329% em termos reais..."

Por sua vez, "o segundo momento define-se a partir de 1979, quando as mesmas variáveis que permitiram a rápida expansão do volume de crédito determinaram sua retração. A política de ajuste adotada diante de desequilíbrios macroeconômicos internos afetou fortemente as duas fontes de crédito rural. De um lado, as seguidas tentativas de diminuir o déficit público reduziram as possibilidades de financiamento pelo Tesouro Nacional; de outro lado, as altas taxas de inflação e de juros nos anos 80 levaram a uma grande mudança na composição dos depósitos à vista, os quais caíram acentuadamente. Como o crédito rural concedido pelos bancos comerciais esteve sempre atrelado ao volume dos depósitos à vista, a contração destes afetou diretamente a oferta de crédito por parte do sistema bancário comercial privado. O resultado final foi uma grande redução do volume de recursos disponíveis para investimento, custeio e comercialização agrícola. Em 1984, o volume de crédito rural foi inferior a 46% do crédito concedido em 1979."

A redução da disponibilidade de crédito rural tem como consequência a crise do padrão de financiamento agrícola, que tem início em 1979. Segundo KAGEYAMA (Coord. 1987, p. 61), "refletiu não só na substancial e rápida redução dos recursos disponíveis como na mudança das regras e condições de operação do crédito agrícola. Entre 1979 e 1984, o volume de crédito foi reduzido em mais de 50%. Em 1984, o valor do crédito de

investimento foi pouco superior a 1/5 do registrado em 1979 e a participação no crédito total reduziu-se a apenas 9,9% do crédito total (em comparação com 19,5% de 1979); entre 1980 e 1984, a redução do crédito de custeio foi da ordem de 40% e a do crédito de comercialização chegou perto de 70%."

Dessa forma, o período em estudo se caracteriza por amplas e profundas transformações na agricultura porque o caráter do crédito rural foi justamente de incentivar a modernização agrícola. Em geral, a obtenção do crédito estava bastante vinculada à utilização de insumos modernos. Como consequência, houve o desenvolvimento de setores industriais voltados para a produção de fertilizantes, máquinas, implementos e defensivos. Ainda neste período ocorre a consolidação dos complexos agro-industriais, destacando-se os da cana-de-açúcar, soja e laranja.

Em seguida serão estudadas as evoluções dos seguintes aspectos: base tecnológica (máquinas, fertilizantes e defensivos agrícolas), áreas com culturas temporárias e permanentes, efetivos de pecuária (bovinos, suínos e aves), estrutura fundiária e uso da mão-de-obra.

5.1 BASE TECNOLÓGICA

Uma das formas que pode ser adotada para medir a evolução tecnológica da

agricultura é através de análises da evolução do uso de tratores. MARTINE (1987), comparando um período que vai de 1960 até 1985, observa que o ritmo de incorporação de tecnologia cai drasticamente entre 1980/85, muito embora esta redução fosse de forma diferenciada.

Pela análise da tabela 5.1, verifica-se que as Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste tiveram um crescimento relativo no período 80/85, inferior ao total nacional, devendo ser ressaltado que as regiões Norte e Nordeste, que apresentaram um expressivo crescimento no quinquênio anterior, apresentaram no período 80/85, uma expansão da ordem de apenas 9%.

Tabela 5.1. Evolução na utilização de tratores por Região, 1970/85.

Região	Números de Tratores				Crescimento Relativo por Período			
	1970	1975	1980	1985	70/75	75/80	80/85	70/85
Norte	1127	1733	6295	6879	153,77	363,24	109,27	610,38
Nordeste	7280	15070	38045	41727	207,00	252,46	109,68	573,17
Sudeste	82517	131881	202571	238947	159,82	153,60	117,96	289,57
Sul	64605	145393	234902	286321	225,05	161,56	121,89	443,18
Centro Oeste	10340	29032	63391	91406	280,77	218,34	144,19	884,00
Brasil	165869	323109	545204	665280	194,80	168,74	122,02	401,09

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980 e 1985.

Por sua vez a Região Centro Oeste foi a que apresentou a maior expansão relativa no último período, ainda que esta expansão tenha se verificado com índices inferiores aos períodos anteriores.

Deve ser destacado que os Estados do Sul e Sudeste, que concentravam 88,69% do

total de tratores em 1970, passam a ter 78,95% em 1985. Por sua vez, a Região Centro Oeste que detinha 6,23% em 1970, passa a 13,74% em 1985, evidenciando-se assim uma forte expansão da atividade agrícola nessa Região, sobretudo devido à expansão da fronteira agrícola, principalmente no período 1970/80.

O IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1987, p. 15), explica o "ritmo mais reduzido na incorporação de tratores no Sudeste e Sul, pode ser explicado pelo fato que essas regiões já atingiram elevado grau de incorporação de tecnologias mecânicas o que justifica a relativa estabilização deste processo. No Centro Oeste, ao contrário, há ainda grande margem para incorporação de mecanização, o que pode ser verificado através da comparação interregional dos valores absolutos da relação área de lavouras/números de tratores" (tabela 5.2).

Tabela 5.2 Indicadores de tecnificação - Brasil e Regiões, 1970/1975/1980/1985

Anos	Áreas de Lavouras/Tratores (ha/trator)					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1970	547,59 (100)	1417,78 (100)	116,49 (100)	170,70 (100)	232,39 (100)	204,88 (100)
1975	689,77 (126)	731,94 (51)	79,10 (68)	89,35 (52)	149,82 (64)	123,80 (60)
1980	276,98 (51)	373,94 (26)	59,82 (51)	62,03 (36)	102,22 (44)	90,06 (44)
1985	332,13 (60)	376,89 (27)	57,37 (49)	52,00 (30)	86,12 (37)	80,33 (39)

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970, 75 e 80 e Sinopse Preliminar do Censo 85 (IPEA 1987)

Concomitante à evolução da mecanização, observou-se uma rápida expansão do consumo de fertilizantes. Dados apresentados por Zylberstajn et al. citados por KAGEYAMA (Coord. 1987, p.15-17), indicam que "no período de 1950 a 1985 o consumo

aparente de fertilizantes (NPK) cresceu a quase 13% ao ano, sendo que no sub-período 1967 a 1980 a taxa de crescimento do consumo aparente atinge seu auge com um valor de 17,8% a.a.".

Conforme a tabela 5.3., existe uma expansão acentuada da porcentagem de estabelecimentos do Brasil que se utilizam da adubação química no período 1970/80, passando de 8,64% dos estabelecimentos para 26,08%. Esta relação se estabiliza no período 1980/85.

Tabela 5.3: Percentagem dos Estabelecimentos que utilizam fertilizantes químicos, por Região.

Região	Porcentagem dos estabelecimentos/periodo			
	1970	1975	1980	1985
Norte	0,48	1,75	4,8	2,43
Nordeste	0,86	3,25	5,94	6,98
Sudeste	18,40	38,31	54,01	53,58
Sul	17,86	37,85	54,86	56,05
C.Oeste	2,73	13,57	27,69	31,53
Brasil	8,64	17,89	26,08	26,04

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários: 1970, 1975, 1980 e 1985.

A análise por região mostra que chega a ocorrer a diminuição relativa, para 1985, dos estabelecimentos que utilizam a adubação química, principalmente nas regiões Norte e Sudeste. Nas Regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste ocorre um aumento dessa relação, sendo importante destacar o Centro-Oeste, que apresenta os maiores índices de expansão.

Quanto às Regiões Sul e Sudeste, é interessante observar que essas apresentam um comportamento semelhante quanto à porcentagem dos estabelecimentos que utilizam fertilizantes, evoluindo em valores praticamente iguais no período 1970/85.

É importante frisar que em 1970 a participação dos estabelecimentos que utilizavam fertilizantes químicos era extremamente pequena, permanecendo ainda baixo para as Regiões Norte e Nordeste em 1985.

A utilização de defensivos agrícolas sofre, no período, comportamento análogo ao do mercado de fertilizantes. FUTINO E SILVEIRA (1991, p. 3), analisam a indústria de defensivos agrícolas no Brasil no período de 1972/84 e observam: "elevadas taxas de crescimento foram verificadas, sendo que no segmento de herbicidas o crescimento apresentou-se acima das taxas mundiais. Os fungicidas apresentaram um padrão inferior quanto ao seu crescimento no mercado, porém não muito aquém das taxas mundiais. Todavia, no segmento de inseticidas, o menor dinamismo no mercado interno em relação ao mundial foi marcante, refletindo principalmente a maior desaceleração no sub-período de 1980 a 1984", no qual todos os segmentos apresentam taxas de crescimento geométricas negativas, período esse que coincide com restrições na oferta de crédito rural.

Por sua vez, ainda segundo esses autores, no período 1983/87 ocorre uma recuperação, embora moderada, de todos os segmentos analisados, como pode ser verificado pela tabela 5.4.

Tabela 5.4 - Taxas de crescimento geométrico anual do mercado de defensivos agrícolas, em períodos selecionados (% ao ano)

Tipo	Mundo			Brasil		
	1970/84	1980/84	1983/87	1972/84	1980/84	1983/87
Total	--	--	9,4	7,9	-11,6	4,9
Herbicidas	13,5	5,5	10,9	17,1	-8,1	1,5
Inseticidas*	10,5	3,0	6,2	2,2	-16,2	8,9
Fungicidas	9,5	3,0	7,2	6,3	-12,0	8,9

(*) incluem inseticidas, acaricidas e formicidas

Fonte: FUTINO e SILVEIRA (1991)

5.2 CULTURAS TEMPORÁRIAS

As culturas temporárias no Brasil apresentaram no período 1980/85, de acordo com a tabela 5.5, um crescimento de 3.612.042 hectares, expansão essa bem menor que as observadas nos períodos anteriores, uma vez que em 1975/80 a expansão foi da ordem de 7.016.168 ha e no período 1970/75 o crescimento foi de 5.616.316 ha.

MÜELLER (1987), trabalhando com dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985, observa um crescimento de 3,9 milhões de hectares entre 1980 e 1985, o qual considera significante. Ressalta, porém, que esse crescimento foi bem menor ao verificado no quinquênio anterior, da ordem de 7,0 milhões de hectares (a publicação dos dados definitivos do Censo Agropecuário de 1985 indicou um crescimento de 3,6 milhões de ha para 1980/85, o que não invalida as conclusões do autor).

Tabela 5.5 - Variação da área com lavouras temporárias, por região, nos períodos 1970/75, 1975/80, 1980/85 e 1970/85

R e g.	PERÍODOS							
	70/75		75/80		80/85		70/85	
	área	%	área	%	área	%	área	%
N	471,6	97,3	251,2	26,3	134,4	11,1	857,2	176,8
Ne	728,1	11,5	2266,5	32,0	742,9	7,9	3737,5	58,9
Se	395,8	5,3	714,1	9,1	1238,9	14,5	2348,7	31,6
S	119,0	22,4	1778,8	15,3	252,6	1,9	4150,4	43,8
Co	901,8	84,2	2005,6	48,2	1243,3	20,2	5150,7	228,0
BR	5616,3	21,6	7016,2	22,2	3612,1	9,3	16244,5	62,5

Obs.: As áreas são expressas em 1.000 ha.

Fonte: FIBGE - Censos agropecuários 70/75/80 e 85

Continuando sua análise, esse autor observa que várias culturas temporárias apresentaram acentuado declínio entre 1980 e 1985, especialmente as do amendoim (-61,7%), do arroz (-23,8%), do trigo (-14,5) e da batata-inglesa (-13,1%). Considera insignificante o crescimento da área com a cultura de milho, de apenas 3,1%, e que a cultura da soja, que havia se expandido 50,2% no período 1975 a 1980, apresenta entre 1980 e 1985 um crescimento de área de apenas 15,7%. As únicas culturas que apresentaram crescimento significativo foram a da cana-de-açúcar, com expansão de área de 32,4% entre 1975/1980 e 49,5%, entre 1980/1985, e a do algodão herbáceo, com crescimento de 65,8% no período de 1980/85.

Segundo o autor, "essa evolução das principais culturas de ciclo curto explica o pequeno incremento da área de lavouras temporárias, registrada pelos dados dos Censos Agropecuários para o período 1980/85. A estagnação da demanda de alimentos,

conseqüência da crise econômica do período 1981/84, aliada a políticas agrícolas que discriminavam a produção de alimentos, fizeram com que a alocação de terras na sua produção, ou declinasse (arroz, batata-inglesa, trigo e mandioca), ou tivesse expansão apenas mediocre (feijão e milho). A lavoura da soja, por sua vez, se expandiu a um ritmo menor em virtude de problemas no mercado externo. Das duas lavouras que tiveram aumentos substanciais - a da cana-de-açúcar e do algodão herbáceo -, a primeira progrediu como resultado do forte impulso propiciado pelo PROÁLCOOL e a segunda cresceu essencialmente para preencher a lacuna aberta com a redução da produção do algodão arbóreo." (MÜELLER, 1987, p.16-18)

Numa análise regional de como se deu a expansão das áreas com culturas temporárias, podemos observar, pela tabela 5.5, que apesar da perda de dinamismo da agricultura brasileira no período 1980/85, a Região Sudeste apresentou um crescimento sustentado, com 5,3% no período 1970/75, 9,1% em 1975/80 e 14,5% no período 1980/85, situação essa que não se observa em nenhuma das demais regiões.

A Região Sul teve uma expansão da área com culturas temporárias, em 1970/85, da ordem 43,8%. Todavia, quando se considera somente o período 1980/85 o crescimento foi de apenas 1,9%

A Região Norte, embora tenha passado de 1,86% para 3,18% no total do país, no que se refere a culturas temporárias, no período 1970/85, tem ainda pequena participação no

total nacional. A Região Nordeste manteve sua participação estável com as culturas temporárias no período 1970/85.

Por sua vez, a Região Centro Oeste, que apesar de ter seu ritmo de variação diminuído no último período (1980/85), em relação aos outros períodos, apresentou o maior índice de crescimento (20,2%), comparativamente às demais regiões. Uma análise do período mais abrangente (1970/85) mostra que a expansão de suas áreas com culturas temporárias foi de 228,0 %, enquanto a média nacional foi de 62,5%, para o mesmo intervalo de tempo.

O crescimento da área com culturas temporárias nessa região está associado à expansão de três importantes culturas, ligadas intimamente à modernização e à agroindústria: soja, trigo e cana.

Na região Centro Oeste, a participação das áreas no total nacional, para as culturas de soja, trigo e cana, ampliou-se de 1,2%, 0,1% e 0,8%, em 1970, para 25,9%, 6,1% e 3,8% em 1985, respectivamente. (tabela 5.6.)

A expansão das áreas cultivadas nessa região está diretamente associada à expansão da fronteira agrícola no período 1970/80, devido principalmente à disponibilidade de crédito rural farto e subsidiado.

Na Região Centro Oeste a expansão da atividade agrícola se deu principalmente pela incorporação de culturas temporárias, com base na mecanização, sobretudo de soja e trigo.

Tabela 5.6 - Índices de expansão de áreas para as culturas de soja, trigo e cana, por região, e percentagem de participação no total nacional (1970=100)

Cultura	Ano	R E G I Ã O						Brasil
		Sudeste		Sul		Centro Oeste		
		ind.	%	ind.	%	ind.	%	ind.
Soja	70	100,0	3,3	100,0	95,5	100,0	1,2	100,0
	75	545,9	7,0	243,3	89,7	687,7	3,2	258,8
	80	868,8	8,1	300,4	80,5	3306,8	11,3	356,1
	85	1144,3	8,8	292,1	64,6	9152,3	25,9	431,6
Trigo	70	100,0	0,6	100,0	99,3	100,0	0,1	100,0
	75	536,9	3,0	108,8	96,6	435,4	0,5	111,8
	80	1038,7	5,0	118,9	92,0	3023,4	2,9	128,2
	85	1161,8	5,8	108,5	88,0	6016,4	6,1	122,3
Cana	70	100,0	56,1	100,0	6,1	100,0	0,8	100,0
	75	104,5	53,4	75,1	4,2	85,9	0,6	109,7
	80	153,5	56,1	125,2	5,0	201,0	1,1	153,6
	85	227,6	57,0	214,7	5,9	1014,5	3,8	224,0

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 70/75/80 e 85

Particularmente, a cultura da soja apresentou os maiores índices de expansão, principalmente da área cultivada. Essa cultura tinha uma presença inexpressiva nessa região em 1970, sendo responsável por apenas 1,2% do total nacional, passando a representar 25,9% em 1985.

A cultura da soja, praticamente inexistente na Região Norte, concentra-se nas Regiões Sul e Centro Oeste. Obteve acréscimos significativos de área, passando de 2.185.745 ha em 1970 a 9.432.729 ha em 1985, ou seja, um crescimento de 331,5% nos últimos 15 anos.

Uma característica da cultura foi o deslocamento ocorrido da Região Sul para outras regiões. Em 1970, a Região Sul detinha 95,4% da área nacional com a cultura, passando a 64,6% em 1985. Na região Sudeste, a participação da cultura da soja aumenta de 3,3% para 8,8%, o mesmo ocorrendo para o trigo que passa de 0,6% em 1970 para 5,8% em 1985, (Tabela 5.6).

No caso do trigo, no período estudado não houve ganhos significativos de área, no Brasil (a área se manteve estável, em torno de 2,5 milhões de hectares). No entanto, observou-se fenômeno semelhante ao ocorrido com a soja, ou seja, ocorreu um aumento substancial de sua área plantada nas regiões Sudeste e Centro Oeste, ao passo que houve redução da participação relativa da região Sul, passando de 99,3% do total da área nacional, em 1970, para 88,0% em 1985 (Tabela 5.6)

Da mesma forma que a soja (cultura com a qual o trigo está intimamente associado), esta cultura, que estava quase que totalmente localizada na Região Sul, passa a ser também cultivada na Região Centro Oeste. O Estado do Mato Grosso do Sul, que detinha 0,12% do total nacional em 1970, passa a deter 6,11% em 1985.

A expansão de área observada para a cultura da cana-de-açúcar foi, em grande parte, decorrência de incentivos proporcionados pelo PROÁLCOOL. Examinando-se a tabela 5.7, verifica-se que houve índices progressivos de áreas dessa cultura. No período 1970/75, o crescimento foi de 9,7%, em 1975/80, de 39,9% e, finalmente, no período 1980/85 o

crescimento foi de 45,9%, com um total acumulado de 124,02%, no período 1970/85, em termos de Brasil.

Tabela 5.7 - Áreas da Cultura de Cana-de-açúcar e índices de crescimento, por Região.

RE-	ÁREAS COM CANA DE AÇÚCAR								índices		
	1970		1975		1980		1985		1975	1980	1985
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%			
N	5472	0,3	5154	0,3	7471	0,3	5098	0,1	94,2	136,5	93,2
NE	621078	36,7	771634	41,5	977575	37,5	1263380	33,3	124,2	157,4	203,4
SE	951163	56,1	993757	53,4	1460374	56,1	2164718	57,0	104,5	153,6	227,6
S	103533	6,1	77803	4,1	129663	5,0	222248	5,9	75,1	125,2	214,7
CO	14026	0,8	12051	0,7	28196	1,1	142288	3,7	85,9	201,0	1014,5
BR	1695272	100,0	1860399	100,0	2603279	100,0	3797732	100,0	109,7	153,6	224,0

Base: 1970=100

FONTE: FIBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970/75/80 E 85.

Finalmente, merece destaque a cultura do algodão herbáceo, que após apresentar acentuado declínio entre 1970/80, mostra um crescimento expressivo no período 1980/85. Como pode ser verificado pela Tabela 5.8, na região Nordeste o aumento foi superior a 125% e o crescimento a nível nacional de quase 100%, neste último período.

Ainda que o crescimento na região Sudeste tenha sido da ordem de 57% no período 1980/85, alcançando em 1985 a área de 463.761 ha, esta é inferior àquela observada em 1970, de 598.805 ha, devendo ser destacado que a participação relativa dessa região reduziu-se de 40,3% do total nacional em 1970, para 22,6% em 1985.

A expansão do algodão herbáceo verificada na região Nordeste é atribuída por

MÜELLER (1987) à substituição do algodão arbóreo, que teve significativa redução de área no período.

Tabela 5.8 - Áreas da Cultura de Algodão herbáceo e índices de crescimento, por Região.

RE-	ÁREAS COM ALGODÃO HERBÁCEO								índices		
	1970		1975		1980		1985		1975	1980	1985
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%			
N	1095	0,07	211	0,02	2630	0,25	5008	0,24	19,3	240,2	457,4
NE	425581	28,65	389976	38,47	422051	40,41	960719	46,91	91,6	99,2	225,7
SE	598805	40,32	362761	35,77	294356	28,18	463761	22,64	60,6	49,2	77,5
S	373285	25,13	203423	20,06	263748	25,25	499299	24,38	54,5	70,7	133,8
CO	86443	5,82	57637	5,68	61661	5,91	119388	5,83	66,9	71,3	138,1
BR	1485209	100,00	1014008	100,0	1044446	100,00	2048175	100,0	68,3	70,3	137,9

Base: 1970=100

FONTE: FIBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970/75/80 E 85.

5.3 CULTURAS PERMANENTES

Com relação às culturas permanentes, observa-se um crescimento das áreas totais do Brasil, de 1970 até 1980. Tomando-se como base o ano de 1970, observam-se índices de 105,0 em 1975 e 131,2 em 1980. Em 1985 esse valor passa a 124,0, indicando redução da área plantada de 568.686 hectares relativamente a 1980 (tabela 5.9).

Numa análise da evolução das áreas com culturas permanentes, com base em dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985, MÜELLER (1987, p. 14) observa que essa perda de dinamismo na expansão das áreas com culturas permanentes foi "consequência, principalmente, do declínio da lavoura cafeeira na Região Sul, e do algodão

arbóreo no Nordeste".

Deve-se destacar que no período 1980/85 houve uma redução de 300.576 hectares na área de lavouras permanentes da Região Sul e de 599.003 hectares na Região Nordeste; essas reduções, segundo MÜELLER (1987), foram compensadas, embora parcialmente, por aumentos das lavouras permanentes das Regiões Norte (Cacau e Café) e Sudeste (Café em Minas Gerais e Espírito Santo).

Tabela 5.9 - Áreas com Lavouras Permanentes e Índices de crescimento, por Região

RE-	ÁREAS COM LAVOURAS PERMANENTES								índices		
	1970		1975		1980		1985		1975	1980	1985
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%.			
N	132366	1,7	239015	2,9	536077	5,1	683803	6,9	180,6	405,0	516,6
NE	3977909	49,8	3960167	47,2	4852356	46,3	4253353	43,0	99,6	121,0	106,9
SE	2172936	27,2	2596435	31,0	3567869	34,1	3773473	38,1	119,5	164,2	173,6
S	1557253	19,5	1401227	16,7	1202458	11,5	901882	9,1	90,0	77,2	57,9
CO	143572	1,8	188544	2,2	313364	3,0	290927	2,9	131,3	218,3	202,6
BR	7984036	100,0	8385388	100,0	10472124	100,0	9903438	100,0	105,0	131,2	124,0

Base: 1970=100

FONTE: FIBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970/75/80 E 85.

Numa análise regional da evolução da área com culturas permanentes, verifica-se que a Região Norte (Tabela 5.9), apresentou no período uma forte expansão, passando de 132.366 ha, em 1970, para 683.803 ha em 1985, com a participação relativa no total do Brasil passando de 1,7% para 6,9%.

De forma menos dinâmica que a observada na Região Norte, observa-se um crescimento na Região Sudeste, no período de 1970/80 (64,2%) e uma expansão de 5,8%

no período 1980/85. A importância dessa região na área total é medida pelo fato que, da expansão nacional de 1,9 milhão de ha, no período 1970/85, esta região participou com 1,6 milhão de hectares.

A Região Sul apresentou um forte declínio de sua área plantada, passando de 1.557.253 ha em 1970 para 901.882 ha em 1985, ou uma redução absoluta de 655.371 ha, com a participação relativa passando de 19,5% em 1970 para 9,1% em 1985.

Na Região Nordeste, que apresenta grande participação com culturas permanentes no total nacional, ocorreram algumas variações no período: após uma ligeira estabilidade na área plantada no período 1970/75, houve um aumento no período 1975/80 e em seguida, decréscimo no período 1980/85.

Por sua vez, a Região Centro Oeste, apesar de ter a área com culturas permanentes dobrada entre 1970 e 1985, tem pequena participação na área total (inferior a 3,0%, em 1985).

Especificamente, no caso da cultura da laranja (tabela 5.10), verifica-se uma forte expansão da área no período 1970/85. Os índices de área, para o Brasil, passam de 100 em 1970 para 304,8 em 1985, sendo que o crescimento mais expressivo se dá no período de 1975/80, da ordem 81,1%.

Ainda que a cultura da laranja apresente índices de expansão generalizados, é na Região Sudeste, mais precisamente no Estado de São Paulo, que esta cultura está concentrada. A participação relativa da Região Sudeste na área total é da ordem de 86,3%, sendo que São Paulo sozinho participa com 76,8% da área nacional, em 1985.

Tabela 5.10 - Áreas da Cultura da Laranja e Índices de crescimento, por Região

RE-	ÁREAS COM CULTURA DA LARANJA								índices		
	1970		1975		1980		1985		1975	1980	1985
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%			
N	1934	0,9	560	0,2	1671	0,4	2950	0,5	29,0	86,4	152,5
NE	19246	9,3	15304	6,1	32495	7,1	50845	8,0	79,5	168,8	264,2
SE	156808	75,6	224347	89,0	397733	87,1	546183	86,3	143,1	253,6	348,3
S	26294	12,7	10727	4,3	22079	4,9	27575	4,4	40,8	84,0	104,9
CO	3204	1,5	1163	0,5	2467	0,5	52620	0,8	36,3	77,0	153,6
BR	207486	100,0	252101	100,0	456445	100,0	2636517	100,0	121,5	220,0	304,8

Base: 1970=100

FONTE: FIBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970/75/80 E 85.

Nas Regiões Norte e Centro Oeste, a participação da laranja pode ser considerada inexpressiva, não chegando a totalizar 2% da área nacional, em 1985.

A Cafeicultura, de acordo com a tabela 5.11, teve sua área aumentada em mais de um milhão de hectares, no período 1970/85. Verifica-se que o maior incremento de área foi obtido no período 1970/75, com a expansão de 38,6%. Nos períodos 1975/80 e 1980/85 a expansão é de 8,1% e de 7,6%, respectivamente.

Tabela 5.11 - Áreas da Cultura do Café e Índices de crescimento, por Região

RE-	ÁREA COM CULTURA DO CAFÉ								índices		
	1970		1975		1980		1985		1975	1980	1985
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%			
N	1389	0,1	2400	0,1	26924	1,1	73461	2,8	172,8	1938,4	5288,8
NE	69920	4,3	57426	2,5	98294	4,0	136062	5,2	82,1	140,6	194,6
SE	1189306	72,7	1257834	55,5	1643786	67,1	1950605	74,0	105,8	138,2	164,0
S	363373	22,2	921913	40,7	618033	25,2	423769	16,0	253,7	170,1	116,6
CO	11426	0,7	26797	1,2	62176	2,6	52620	2,0	234,5	544,2	460,5
BR	1635414	100,0	2266370	100,0	2449213	100,0	2636517	100,0	138,6	149,8	161,2

Base: 1970=100

FONTE: FIBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970/75/80 E 85.

Na Região Sudeste, o Estado de Minas Gerais é o que apresentou maior ganho absoluto de área, com um acréscimo superior a 430 mil ha, seguido dos Estados do Espírito do Santo e São Paulo, no período 1970/85 (tabela 5.12). A maior expansão verifica-se a partir de 1975, sendo que no período anterior (1970/75), para esses três Estados, as variações não são muito acentuadas.

Em termos absolutos, o Estado de Minas Gerais é o que apresentou maior crescimento, com incrementos de área de 185.415 ha no período 1975/80 e 230.056 ha no período 1980/85, superando inclusive o Estado de São Paulo em área com cafeicultura, em 1985.

Por sua vez, o Estado do Espírito Santo, mesmo tendo uma expansão absoluta menor que a de Minas Gerais, é o que apresentou maior crescimento relativo, com um incremento de 47,2% no período de 1975/80 e de 60,8% no período 1980/85. Houve um crescimento total de 132,4% no período 1970/85.

Tabela 5.12 - Áreas plantadas e números índices, para a cultura do café, para Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

Ano	Minas Gerais área (ha)	Índice	Espírito Santo área (ha)	Índice	São Paulo área (ha)	Índice
1970	335627	100,0	190596	100,0	650768	100,0
1975	352067	104,9	187122	98,2	711262	109,3
1980	537482	160,1	275496	144,5	821046	126,2
1985	767538	228,7	443029	232,4	723383	111,2

Base: 1970=100

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970/75/80 e 85

Cabe salientar que a área com essa cultura no Espírito Santo, em 1985, de 443.029 hectares era ligeiramente superior à do Paraná, que possuía no mesmo ano 422.761 hectares.

Para as demais regiões, os Estados que merecem destaque na cafeicultura são Rondônia, na Região Norte (aonde em 1970 a cafeicultura podia ser considerada inexistente), com 67.340 hectares, em 1985. A Bahia, na Região Nordeste, passa de uma área total 29.153 hectares em 1970 para 107.019 em 1985.

5.4 SETOR DA PECUÁRIA

O rebanho bovino brasileiro, ainda que venha crescendo desde 1970, apresenta taxas de crescimento cada vez menores, ou seja, no período 1980/85 o índice de crescimento foi de 8,43%, índice esse inferior aos que foram observados entre os períodos censitários anteriores, que foram de 29,42% entre 1970/75 e 16,14% em 1975/80, (Tabela 5.13).

MÜELLER (1987), analisando a evolução do efetivo em bovinos, atenta para o fato que o crescimento observado no período 1980/85 é inferior ao crescimento da população e conclui que, como não houve ganhos significativos de produtividade em períodos recentes, a oferta de carne bovina não acompanhou o crescimento do número de consumidores. Atribui essa perda do dinamismo desse setor a uma série de fatores, destacando-se a crise do período 1981/84, afetando os salários e, consequentemente, a demanda por carne, e a adoção de políticas imediatistas mal orientadas, o que contribuiu para desestimular os produtores.

Observando-se a tabela 5.13, verifica-se que, excetuando-se a Região Sudeste (desde 1975 mantendo o rebanho a níveis estáveis), todas as demais cresceram em 1980/85 a taxas bem inferiores às que foram observadas no período 1975/80.

Tabela 5.13.: Efetivos bovinos por Região e taxas de crescimento nos períodos 1970/75, 1975/80 e 1980/85

Região	Efetivos Bovinos				Taxas de Crescimento %		
	1970	1975	1980	1985	1970/75	1975/80	1980/85
Norte	1706177	2129609	3989113	5361796	24,82	87,31	34,41
Nordeste	13805608	18041177	21505844	22391193	30,68	19,20	4,11
Sudeste	26844848	35236666	34834792	35741878	31,26	-1,14	2,60
Sul	18953024	21516021	24494853	24826784	13,52	13,84	1,35
Centro Oeste	17252084	24750040	33261006	39719856	43,46	34,38	19,42
Brasil	78561741	101673513	118085608	128041507	29,42	16,14	8,43

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970/75/80/85

Em termos regionais, deve-se observar o avanço da pecuária na Região Norte, que desde 1970 multiplicou seu rebanho por três, aumentando sua participação relativa de 2,17%

do total nacional em 1970 para 4,19% em 1985. Em seguida vem a Região Centro Oeste que dobrou seu rebanho, aumentando de 21,96% para 31,02% do total no Brasil. Deve ser destacado que em 1970 os efetivos bovinos da região Centro Oeste eram em menor número aos observados nas regiões Sul e Sudeste.

O aumento significativo do rebanho bovino nas regiões Norte e Centro Oeste está intimamente associado à expansão da fronteira agrícola, devendo ser destacado que essa expansão verificada na Região Norte se deu principalmente através dessa atividade.

Dados das pastagens plantadas, na Região Norte, passam de 637.771 hectares em 1970, para 5.824.164 hectares em 1985, ou seja, um crescimento de cerca de nove vezes. Esta região é também a única a apresentar expansão da área de pastagens naturais no período 1980/85. Estes fatos devem estar intimamente associados à expansão da bovinocultura.

A Região Centro Oeste expandiu suas áreas com pastagens plantadas de 9 milhões de hectares em 1970, para 33,5 milhões em 1985, ou seja, uma expansão absoluta de 24,5 milhões de hectares. O crescimento relativo é somente inferior ao observado na Região Norte.

Deve-se destacar, para o País, que a área total com pastagens plantadas vem evoluindo, passando de 29,7 milhões de hectares em 1970, para 39,7 em 1975, 60,6 em

1980 e 74,0 em 1985. As pastagens naturais ocupam áreas extensas mas vêm experimentando decréscimos: em 1975 eram 123,4 milhões de hectares; em 1985, 105,0 milhões de hectares. Se em 1970 para cada hectare de pastagem existiam 4,2 de pastagens naturais, essa relação em 1985 passou a ser de apenas 1,4.

As demais regiões tiveram crescimento extremamente pequeno do rebanho bovino no período 1980/85, devendo ser destacado que a região Sudeste chegou a ter uma redução absoluta de rebanho, entre 1975/80, da ordem de 401,8 mil cabeças. Houve recuperação em 1980/85, com um incremento de 907,0 mil cabeças, chegando-se então, praticamente ao mesmo nível observado em 1975.

Os efetivos de suínos apresentaram no período de 1970/75 um crescimento da ordem 29,42%. No entanto, a partir dessa data, observou-se taxas negativas, vindo a ocorrer uma redução do número de efetivos, que passa a ser, em 1985, menor que em 1970. As regiões Sul e Sudeste apresentaram quedas significativas em seus efetivos, ao passo que as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste apresentaram crescimento no período 1980/85, sendo que a região Norte é a única que vem apresentando expansão contínua em seu plantel desde 1970 (tabela 5.14)

A redução dos efetivos no Brasil estaria associada, segundo MÜELLER (1987), a várias causas, destacando-se: o surto de peste suína africana, entre 1975/80; os preços de rações em 1983; recessão econômica entre 1982/84; barateamento relativo das carnes de aves e de bovinos entre 1980/85.

Tabela 5.14. - Efetivos suínos por Região e taxas de crescimento nos períodos 1970/75, 1975/80 e 1980/85

Região	Efetivos Suínos				Taxas de Crescimento %		
	1970	1975	1980	1985	1970/75	1975/80	1980/85
Norte	909237	1245282	1855406	2163627	36,96	48,99	16,61
Nordeste	7094820	9466962	7325430	7872805	33,43	-22,62	7,48
Sudeste	5796956	6461784	5822852	5606691	11,47	-9,89	-3,71
Sul	15211991	15006998	14967703	11892862	-1,35	-0,23	-20,54
Centro Oeste	2510508	2970618	2657292	39719856	18,33	-10,55	9,75
Brasil	31523512	35151644	32628683	30452539	29,42	-7,17	-6,68

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970/75/80/85

Outro fato que chama atenção é que a Região Sudeste vem perdendo parte de seus efetivos. Em 1985 apresenta efetivos em menor número inclusive àqueles observados em 1970. Este fato também se observa na Região Sul.

Finalmente, com relação aos efetivos de avicultura, podemos observar, pela tabela 5.15, que exceto na Região Sudeste, em que houve uma redução no período 1980/85, todas as demais vêm apresentando incremento.

Assim como ocorre para as demais atividades agropecuárias, verifica-se que os efetivos de aves tiveram um crescimento acentuado no período de 1970 até 1980, ocorrendo uma desaceleração no período de 1980/85. As causas principais, ainda segundo MÜELLER (1987), foram semelhantes às que determinaram a redução dos efetivos suínos.

Tabela 5.15. - Efetivos de aves por Região e taxas de crescimento, nos períodos 1970/75, 1975/80 e 1980/85.

Região	Efetivos de Aves (*1000)				Taxas de Crescimento %		
	1970	1975	1980	1985	1970/75	1975/80	1980/85
Norte	7376,4	11482,3	13928,6	16118,7	55,66	21,31	15,72
Nordeste	36263,3	56123,7	64726,9	78472,7	54,77	15,32	21,24
Sudeste	89637,6	117081,2	169209,5	147588,4	30,62	44,52	-12,78
Sul	68117,9	88060,1	146975,6	172105,8	29,28	66,90	22,81
Centro Oeste	12226,1	14062,6	18338,7	22522,6	15,02	30,41	9,75
Brasil	213621,4	286810,2	413179,5	436808,5	34,26	44,06	5,72

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970/75/80/85

Quanto à distribuição destes efetivos ao nível nacional, não ocorreram mudanças significativas de sua composição. A região Norte em 1970 possuía 3,45% do total nacional destes efetivos e em 1985, 3,69%. Por sua vez, a região Nordeste passou de 16,98% para 17,97% e a Região Centro Oeste, de 5,72% para 5,16%, no período considerado.

Deve-se notar apenas uma alteração das posições de liderança entre as regiões Sul e Sudeste. Em 1970, a Região Sudeste possuía 41,96% do total de efetivos e a Região Sul 31,89%. Em 1985, a Região Sul passou para 39,40% e a Sudeste para 33,79%.

5.5 ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A principal característica dos dados relativos à estrutura fundiária, constatada por alguns autores (MARTINE, 1987; MÜELLER, 1987) foi a reversão da tendência à concentração da terra, que vinha ocorrendo desde 1970.

Publicação do Instituto de Planejamento Econômico e Social (1987, p.11), ao analisar as tendências e padrões de crescimento da agropecuária, a partir dos dados dos censos agropecuários, observa que "o número de estabelecimentos, que vinha crescendo menos que a expansão da área, apresenta no período 1980/85, crescimento superior ao da área. Como consequência, reduziu-se o tamanho médio dos estabelecimentos".

MARTINE (1987, p. 44-46), também observa que o "Censo Agropecuário de 1985 apresenta uma aparente retração da concentração fundiária. Assim o número de estabelecimentos agrícolas volta a sofrer um aumento significativo pela primeira vez em 20 anos, enquanto a área total diminui sensivelmente seu ritmo de crescimento: consequentemente, a área média dos estabelecimentos agrícolas experimenta uma redução, voltando aos mesmos níveis encontrados em 1975.". MÜELLER (1987, p.12), também salienta que "a área em estabelecimentos agropecuários registrou acentuada desaceleração entre 1980 e 1985. Se nos períodos 1970/75 e 1975/80 a área total aumentou 10,1% (quase 30 milhões de hectares) e 12,7% (quase 41 milhões de hectares), respectivamente, entre 1980 e 1985 ela cresceu apenas 3,1% ou cerca de 11,4 milhões de hectares". Observa ainda que o número de estabelecimentos, no período 1980/85, cresceu a taxas bem maiores que as observadas no quinquênio anterior.

De fato, pode-se observar pela tabela 5.16, que todas as Regiões apresentaram um crescimento significativo do número de estabelecimentos agropecuários. A Região Norte já vinha, desde o período anterior, apresentando taxas de expansão superiores às demais.

Tabela 5.16 - Variação do número de estabelecimentos agropecuários, nas regiões geoeconômicas (1975/80 e 1980/85)

Região	1975/80		1980/85	
	Unidades	Variação %	Unidades	Variação %
Norte	70.966	21,0	91.602	22,4
Nordeste	96.097	4,1	370.396	15,1
Sudeste	12.185	1,4	108.038	12,1
Sul	-11.032	-0,9	56.355	4,9
Centro Oeste	- 1.617	-0,6	48.537	18,1

Fonte: MÜELLER (1987)

Conseqüentemente, podemos observar, pela Tabela 5.17, que a área média dos estabelecimentos diminui no período 1980/85. Para o Brasil, o valor médio em 1985 retorna aos mesmos patamares de 1975. No caso das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, a área média em 1985 passa a ser próxima àquela que se verificava em 1970.

Tabela 5.17 - Área média dos estabelecimentos, por Região 1970/85

Região	Censo Agropecuário			
	1970	1975	1980	1985
Norte	88,8	96,7	101,8	89,9
Nordeste	33,7	35,5	36,1	32,7
Sudeste	74,8	82,5	82,5	73,7
Sul	35,7	39,9	41,8	40,5
Centro Oeste	322,8	348,8	423,7	370,2
Brasil	59,8	64,9	70,7	64,5

Fonte: Censos Agropecuários 1970/75/80/85

MARTINE (1987, p. 48), analisando o processo de concentração entre 1970/75 observa "que nas duas regiões mais impactadas pela modernização agrícola, o Sudeste e o Sul, o número de estabelecimentos sofreu uma redução absoluta (grifo do autor) nesse

período - apesar da incorporação de 3,7 milhões de hectares de área total e de 1,8 milhões de hectares de área cultivada. Mesmo em áreas de fronteira, onde o governo iniciava o maior esforço de colonização dirigida via pequena produção na história do país, a área média dos estabelecimentos sofreu um acréscimo", o mesmo vindo a ocorrer entre 1975/80.

Esse mesmo autor, buscando as causas para a reversão da tendência da concentração fundiária, observada no período 1980/85, atribui esse fenômeno, ainda que não o considere uma tendência permanente, à crise econômica, que de certa forma afetou a atratividade do setor agrícola para os empreendimentos capitalistas, abrindo espaço para o pequeno produtor ou até mesmo à produção de subsistência.

5.6 EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA AGRICULTURA

Finalmente, passa-se à análise do trabalho exercido na agricultura. Quando da análise do período 1970/85, verifica-se aumento do pessoal ocupado na agricultura. Da mesma forma como ocorreu com os estabelecimentos agrícolas, a mão-de-obra ocupada cresceu no período 1980/85 a índices superiores àqueles verificados entre 1975/80, (Tabela 5.18).

Neste aspecto, GRAZIANO DA SILVA (1987, p. 28-29), observa que "o crescimento do pessoal ocupado está fortemente relacionado ao aumento do número de estabelecimentos com menos de 100 ha. Dessa maneira, o crescimento de 2,0 milhões (23,2

milhões recenseados em 1985 em comparação com os 21,2 milhões de 1980) de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira na metade desta primeira década pode não significar em absoluto um crescimento do emprego agrícola na mesma magnitude. Ao contrário, à medida que nossos dados tornam-se disponíveis cresce a nossa suspeita inicial que esse aumento das pessoas ditas ocupadas significa em sua grande maioria um crescimento do subemprego e da sub-ocupação no campo."

Ainda com dados desse autor, é possível observar, pela tabela 5.18, que ao contrário do que ocorreu no período 1975/80, em que tanto a variação do número de estabelecimentos como o de pessoal ocupado ocorreram à taxas reduzidas, no período 1980/85 esses indicadores apresentaram significativo aumento.

Tabela 5.18 - Variação percentual do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado, para Brasil, nos períodos 1975/80 e 1980/85

Estratos	Nº Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	1975/80	1980/85	1975/80	1980/85
com menos de 10 ha	-0,2	18,8	- 5,1	17,1
entre 10 e 100 ha	6,2	7,4	3,5	5,9
com mais de 100 ha	10,0	6,0	26,1	5,1
Total	3,3	13,1	4,0	10,0

Fonte: GRAZIANO DA SILVA (1987)

No entanto, ao se detalhar esses índices em estratos de áreas, verifica-se que na faixa de estabelecimentos com mais de 100 hectares a variação no período 1980/85 foi inferior à verificada no período 1975/80, o que, segundo GRAZIANO DA SILVA (1987, p. 29), indica que o crescimento do pessoal ocupado, apurado no Censo Agropecuário de 1985,

estaria relacionado a um "processo de minifundização que vem ocorrendo em algumas regiões do país - notadamente nas regiões Nordeste e Sudeste (menos São Paulo) - que explica o crescimento do pessoal ocupado em 1985".

Por sua vez, MÜELLER (1987) destaca que 64,1% da ampliação total do pessoal ocupado em todo país, no período 1980/85, ocorreu em estabelecimentos com menos de 10 hectares, revertendo uma tendência de expulsão de mão-de-obra verificada entre 1975/80, no qual houve uma redução absoluta de 421.727 pessoas ocupadas.

Finalmente, MARTINE (1987, p. 59-60), aponta que o crescimento do pessoal ocupado ocorreu principalmente nas regiões mais pobres do país, com a Região Norte e Nordeste contribuindo com 71% da variação absoluta observada no período. Na Região Centro Oeste, aonde se verificou um acentuado crescimento de área cultivada, de tratores e efetivos bovinos, a contribuição foi de apenas 6%. Disso decorre, segundo esse autor, que o crescimento do pessoal ocupado não está associado necessariamente ao crescimento da produção ou da produtividade. O autor conclui que o "aumento do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias não representa necessariamente, nas condições brasileiras atuais, um ganho social para o país", uma vez que o "emprego agrícola, medido através da categoria 'pessoal ocupado', se multiplica e se adensa nas regiões mais pobres e nas categorias de estabelecimentos mais próximos à subsistência."

De fato, o exame da tabela 5.19 mostra crescimentos expressivos dos números de

estabelecimentos que possuem menos de 10 pessoas ocupadas nas regiões Norte e Nordeste, ao contrário do Sul, Sudeste e Centro Oeste, aonde esses indicadores mostram períodos de expansão e retração.

Da mesma forma, destaque-se que vem crescendo a participação dos estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas das Regiões Norte e Nordeste no total nacional. Se em 1970 a participação do conjunto destas regiões era de 50,36%, passa para 54,38% em 1975, 55,73% em 1980 e finalmente 57,07% em 1985. Isto caracteriza o aspecto já citado da concentração do pessoal ocupado nas áreas menos desenvolvidas do país.

Tabela 5.19 - Evolução do número de estabelecimentos agrícolas com menos de 10 pessoas ocupadas, nos períodos 1970 a 1985

Região	Nº de Estabelecimentos				Variação (%)		
	1970	1975	1980	1985	1970/75	1975/80	1980/85
Norte	255292	323046	387380	466608	26,54	19,91	20,45
Nordeste	2134973	2244655	2334699	2673036	5,14	4,01	14,49
Sudeste	863731	801475	812012	910964	-7,21	1,31	12,19
Sul	1248840	1103193	1107122	1161211	-11,66	0,36	4,89
Centro Oeste	243453	249213	243393	289744	2,37	-2,34	19,04
Brasil	4746289	4721582	4884606	5501563	-0,52	3,45	12,63

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970/75/80 e 85

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como forma de melhor interpretar os dados, tanto a análise dos componentes principais como a hierárquica foram feitas de duas formas. Primeiramente, considerou-se a elaboração da matriz que caracteriza 24 variáveis (16 relacionadas à produção agropecuária e as 8 restantes envolvendo tamanho do estabelecimento, forma de utilização das terras, crédito rural e tecnologia empregada), e num segundo momento foram utilizadas 16 variáveis, relacionadas à produção agropecuária.

No caso da análise em componentes principais, para 16 variáveis, ainda que com os 5 primeiros fatores retidos fosse possível obter uma variância explicada acumulada um pouco superior àquela obtida com 24 variáveis (84,30% e 80,40%, respectivamente, para cada período em estudo), as variáveis correlacionadas aos eixos fatoriais não se diferenciaram muito para os dois casos. Por outro lado, o resultado da análise hierárquica não mostrou muita diferenciação quanto à formação dos grupos.

Optou-se, dessa forma, para a análise com 24 variáveis, através da qual foi possível relacionar não só variáveis voltadas aos aspectos produtivos como também à estrutura fundiária, nível tecnológico e mão-de-obra.

6.1. ANÁLISE EM COMPONENTES PRINCIPAIS

Aplicando-se o método dos componentes principais, para a matriz dos dados com 24 variáveis, obtiveram-se os valores dos coeficientes de correlação das variáveis com os eixos fatoriais, os quais estão representados no quadro 6.01. Saliente-se que foram considerados apenas os fatores associados a autovalores maiores que a unidade, visto que autovalores menores que um não explicam sequer uma variável.

De maneira geral foram analisadas as variáveis que apresentaram coeficientes de correlação com os fatores muito próximos ou superiores a 0,60. Nesse aspecto, utilizou-se o mesmo critério adotado por FUENTES-LLANILLO (1984), que considerou em seu trabalho os coeficientes de correlação superiores a 0,60, referindo-se a eles como de correlação elevada e utilizando esporadicamente os coeficientes de correlação entre 0,50 e 0,60, considerando-os como de correlação moderada.

Verifica-se que a variância acumulada para os cinco primeiros fatores explica, respectivamente, 73,30% em 1970 e 70,80% em 1985, com o primeiro fator sendo sempre

responsável pela maior parte da variância (30,10 % em 1970 e 26,00% em 1985).

QUADRO 6.01 - Coeficientes de correlação das variáveis com os cinco primeiros fatores, para os períodos de 1970 e 1895.

Siglas	F A T O R E S										
	das						1985				
Variáv.	F1	F2	F3	F4	F5		F1	F2	F3	F4	F5
EIC	0,186	0,077	-0,693	0,341	-0,055		-0,005	0,755	0,369	0,097	-0,287
ESM	-0,155	-0,078	0,589	-0,323	0,016		-0,014	-0,757	-0,316	-0,132	0,338
ALG	0,722	0,372	0,155	0,334	-0,080		-0,524	0,176	0,017	0,218	0,316
AME	0,599	0,377	0,257	0,251	-0,335		-0,383	0,176	-0,461	0,307	0,175
ARR	0,502	-0,079	0,441	-0,138	0,076		-0,367	-0,646	-0,107	-0,054	-0,450
CAN	0,358	0,554	-0,164	-0,182	0,638		-0,296	0,375	-0,648	0,357	0,037
FEI	0,628	-0,313	0,039	0,415	0,071		-0,644	0,067	0,469	0,290	-0,015
MAN	0,427	-0,560	-0,233	0,194	0,194		-0,400	-0,056	0,547	0,372	-0,218
MIL	0,867	-0,362	-0,139	-0,030	0,013		-0,905	0,116	0,264	-0,152	0,079
SOJ	0,507	-0,509	-0,357	-0,360	-0,097		-0,650	-0,003	0,062	-0,626	0,157
TRI	0,471	-0,530	-0,309	-0,454	-0,113		-0,665	0,188	0,142	-0,528	0,235
CAF	0,680	0,398	0,233	0,281	-0,228		-0,460	0,143	-0,292	0,284	-0,005
LAR	0,366	0,472	-0,186	-0,294	0,551		-0,225	0,318	-0,557	0,234	-0,048
PNT	0,228	-0,261	0,716	-0,402	0,105		-0,408	-0,775	-0,091	0,044	-0,218
PFR	0,616	0,144	0,558	0,205	-0,124		-0,484	-0,678	-0,237	0,169	0,198
BOV	0,659	-0,139	0,555	-0,267	-0,011		-0,683	-0,599	-0,264	0,052	-0,043
SUI	0,726	-0,544	-0,186	-0,004	-0,015		-0,815	0,075	0,324	-0,282	0,021
AVI	0,891	0,126	-0,181	-0,138	-0,100		-0,752	0,372	-0,110	-0,149	0,069
CRE	0,501	0,602	-0,312	-0,201	-0,173		-0,248	0,510	-0,457	-0,225	-0,069
FER	0,393	0,386	-0,327	-0,525	-0,197		-0,268	0,275	-0,540	-0,380	-0,231
AIR	0,219	-0,027	0,051	-0,466	0,103		-0,265	-0,134	-0,250	-0,078	-0,731
TRA	0,034	0,328	-0,230	-0,415	-0,531		-0,071	0,206	-0,288	-0,416	-0,257
MDE	0,731	-0,442	-0,103	0,315	0,142		-0,698	0,022	0,565	0,258	-0,159
MCE	0,577	0,594	0,005	0,133	0,235		-0,526	0,254	-0,327	0,449	0,027
Variânc. explic. (%)	30,10	15,20	12,50	9,50	6,00		26,00	16,50	13,40	8,90	6,00
Acum.	30,10	45,30	57,80	67,30	73,30		26,00	42,50	55,90	64,80	70,80

Fonte: Dados da Pesquisa

Para o ano de 1970, o primeiro fator apresentou correlações relativamente elevadas com as variáveis correspondentes às áreas em hectares, das culturas de algodão (ALG), amendoim (AME), feijão (FEI), milho (MIL), café (CAF), das pastagens formadas (PFR), com efetivos de bovinos (BOV), de suínos (SUI), de aves (AVI) e com o total de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE).

Por sua vez, o segundo fator, com um grau de explicação de 15,20% em 1970, apresentou duas variáveis cujos coeficientes de correlação com o fator são elevados: relação crédito de custeio/área dos estabelecimentos agrícolas (CRE) e número de estabelecimentos com mais de 50 pessoas ocupadas (MCE).

A relação que pode ser verificada é a que associa o crédito de custeio - podendo ser considerado em última instância o crédito em suas diversas modalidades - às propriedades altamente capitalizadas, haja vista sua relação com as propriedades com mais de 50 pessoas ocupadas.

Com o terceiro fator, que explica 12,50% da variância total, estão correlacionadas as variáveis de porcentagem dos estabelecimentos com áreas inferiores a 100 ha (EIC) e das áreas com pastagens nativas (PNT).

Deve-se frisar, no entanto, que a correlação que se verifica da variável EIC com o eixo fatorial é negativa, ao passo que o sinal de PNT é positivo. Isto indica que, mesmo

correlacionadas com o eixo fatorial, estas variáveis estão opostas entre si, como pode ser verificado pelo círculo de correlações no anexo III.

Por sua vez, as variáveis associadas à porcentagem dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares (ESM) e a pastagens nativas (PNT), estão em oposição à variável de estabelecimentos com menos de 100 hectares (EIC). A interpretação para esse fator está ligada ao tamanho da propriedade.

Com o quarto eixo fatorial não existe nenhuma variável altamente correlacionada e, finalmente, com o quinto fator somente está correlacionada a variável CAN, que indica áreas com a cultura de cana-de-açúcar. Portanto, o próprio fator se associa a esta cultura.

Por sua vez, a análise de componentes principais para o ano de 1985 apresentou, com o primeiro fator, correlações elevadas e negativas das variáveis seguintes: áreas de feijão (FEI), milho (MIL), soja (SOJ), trigo (TRI), efetivos bovinos (BOV), suínos (SUI), aves (AVI) e números de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE). O posicionamento das variáveis em relação aos eixos fatoriais pode ser verificado no Gráfico 3 do anexo III.

Da mesma forma que em 1970, ainda que em 1985 um número menor de culturas esteja correlacionado, este fator pode ser vinculado a uma atividade agropecuária diversificada, associada a propriedades com pouca mão-de-obra contratada, devendo ser

destacado, para esse ano, que além das correlações para as culturas de feijão e milho, há também correlações elevadas para as áreas com soja (SOJ) e trigo (TRI), culturas essas em geral relacionadas a uma agricultura mais tecnificada.

Verifica-se, por exemplo, que certas variáveis relacionadas às culturas de algodão herbáceo (ALG) e amendoim (AME), que apresentavam correlações altas com o primeiro fator em 1970 não se comportam da mesma forma em 1985. Isto também se verifica para o total das pastagens plantadas (PFR).

O segundo fator para o ano de 1985, explicando 16,50% da variância total, apresenta-se correlacionado negativamente às variáveis de porcentagem de estabelecimentos com área superior a 1000 ha (ESM), áreas com a cultura de arroz (ARR), áreas de pastagens nativas (PNT) e plantadas (PFR) e o total de efetivos bovinos (BOV), em oposição à variável porcentagem dos estabelecimentos com menos de 100 ha (EIC).

Observa-se neste caso as variáveis indicativas da atividade extensiva voltada para a pecuária, ficando evidente essa orientação para propriedades com mais de 1000 hectares, em oposição à variável que representa o conjunto de propriedades com menos de 100 hectares.

O terceiro fator para esse ano (13,40% da variância total) apresenta valores de correlação elevados para as variáveis de culturas da cana-de-açúcar (CAN) e laranja (LAR). Pode-se observar, também, que existe uma certa oposição à variável que representa o total

de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE).

A retenção desse fator caracteriza o fenômeno observado durante todo período 1970/85, com o avanço das culturas voltadas para a agroindústria, como a cana-de-açúcar e a laranja.

O quarto e o quinto fator, com uma explicação de 8,90% e 6,00% respectivamente, mesmo apresentando variáveis correlacionadas, referentes à cultura da soja (SOJ) e o total da área irrigada (AIR), são suficientes apenas para caracterizar esses fatores até o limite da própria variável, ou seja, o quarto fator é caracterizado como associado à cultura da soja e o quinto à área irrigada.

6.2 ANÁLISE HIERÁRQUICA

A análise hierárquica foi realizada utilizando-se como dados as coordenadas das observações associadas aos 5 primeiros eixos fatoriais, obtidas a partir da aplicação da análise de componentes principais (Anexo IV).

Deve-se frisar que, para este tipo de análise, os grupos são formados a partir de "cortes" na "árvore" hierárquica (dendrograma). Ao se optar por um número grande de grupos, maior será a semelhança das observações dentro de cada grupo. Ao contrário, ao se

optar por um número mais reduzido de grupos, menor será a semelhança dentro do grupo, podendo ser este identificado apenas quanto aos aspectos mais gerais.

Na primeira situação, ao se escolher um número grande de grupos, isto pode dificultar sobremaneira a operacionalidade da descrição e a própria compreensão do assunto por parte do leitor, com uma sobrecarga de detalhes, às vezes desnecessários.

Por sua vez, ao se optar por um número pequeno de grupos, pode haver a vantagem de uma maior diferenciação entre grupos, a partir de características marcantes. Pode acontecer, no entanto, a desvantagem de haver uma distinção maior entre elementos de um mesmo grupo.

Neste trabalho, a opção para definição do número de grupos foi de realizar os "cortes" a partir da interpretação da "árvore hierárquica". O "corte" ocorreu no ponto de mudança significativa nos níveis de similaridade entre as sucessivas fusões obtidas (BUSSAB et al., 1990), conforme pode ser observado no anexo V (com os dendrogramas obtidos).

Da mesma forma, recorreu-se também aos Gráficos representativos das coordenadas dos indivíduos nos Eixos Fatoriais, como instrumentos auxiliares para a seleção dos grupos de mesorregiões (Anexo VI).

Utilizando-se como dados básicos as coordenadas dos indivíduos nos cinco primeiros eixos fatoriais, provenientes da análise em componentes principais, foi possível obter 6 grupos para o ano de 1970 e 5 grupos para o ano de 1985, detalhados no Quadro 6.02 e cuja distribuição pode ser observada nas figuras 6.1. e 6.2.

Quadro 6.02 - Grupos de mesorregiões, para os períodos de 1970 e 1985

Grupos	MESORREGIÕES - 1970 (*)	MESORREGIÕES - 1985 (*)
I	001 002 003 004 006 007 008 009 011 013 014 015 016 017 018 019 020 021 022 023 024 025 026 027 029 030 031 032 033 034 035 038 039 046 047 049 050 051 052 053 054 055 057 059 060 061 062 063 064 065 068 069 070 072 073 075 082 083 088	001 002 003 004 006 008 009 011 013 015 016 018 021 022 023 025 026 030 033 034 035 038 039 047 049 050 051 052 053 054 059 060 061 062 063 064 068 069 070 072 075 082 088
II	005 040 042 043 074 077 078 079 080 081 084 085 087	005 040 042 043 074 077 078 079 080 081 083 084 085 086 087
III	010 012 028 036 037 041 044 045 048 066 071 086	007 010 012 014 017 019 020 024 027 028 029 031 032 036 037 041 044 045 046 048 055 057 065 073
IV	056	056 058
V	058 067	066 067 071 076
VI	076	

(*) As denominações das mesorregiões se encontram nas páginas 19 e 20.
Fonte: dados da pesquisa

Figura 6.1. - Brasil, caracterização regional (1970)

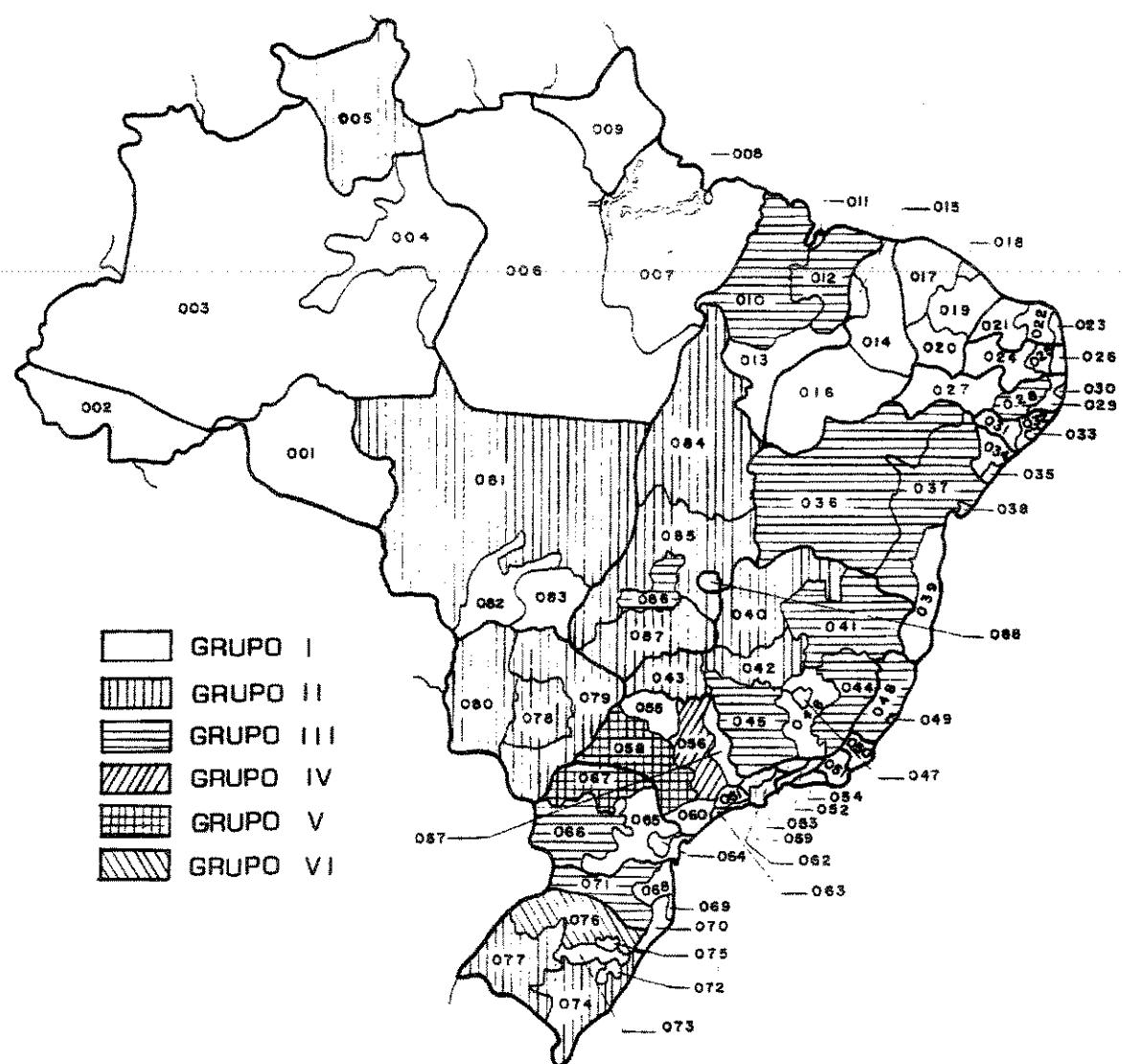
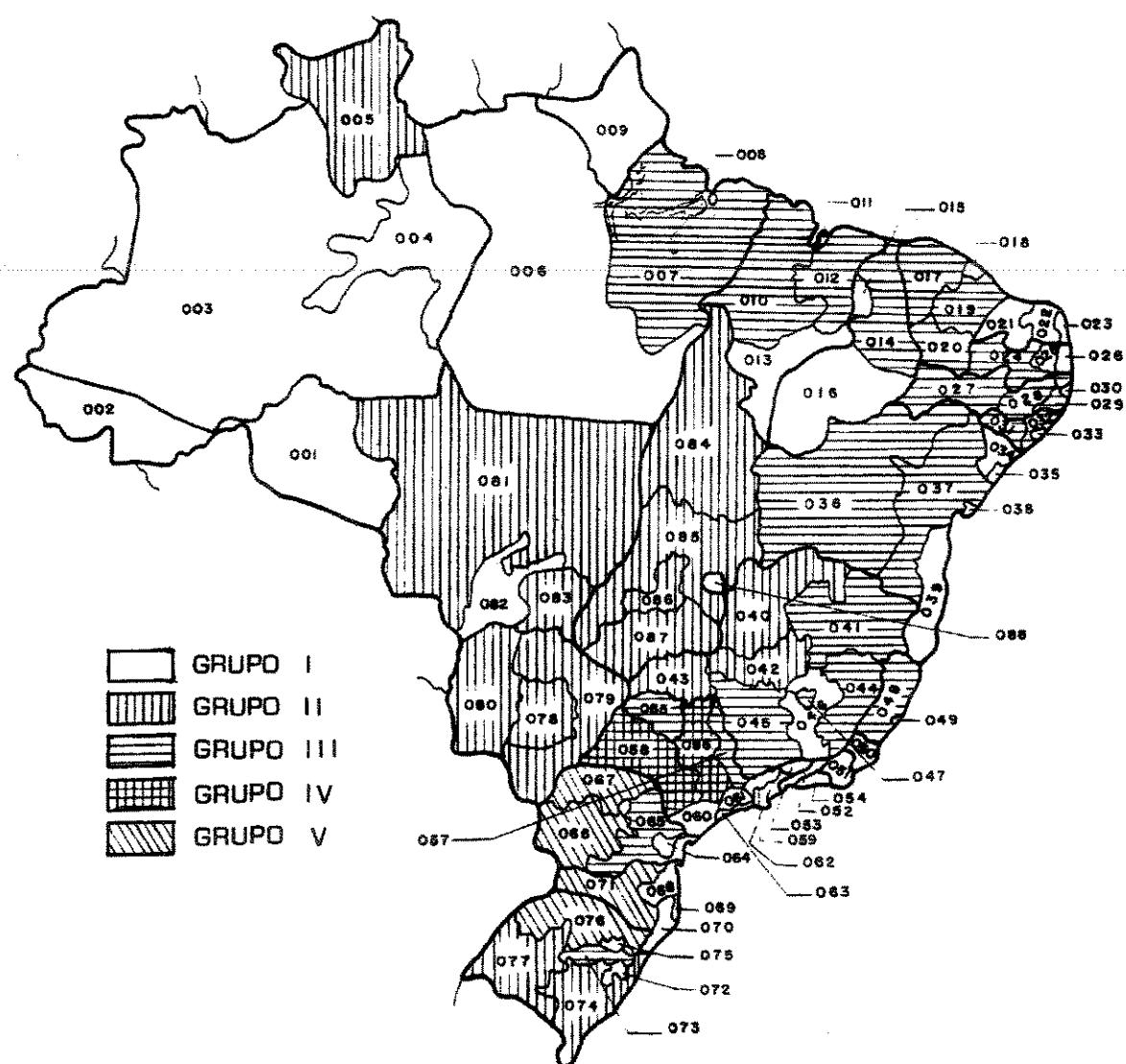


Figura 6.2. - Brasil, caracterização regional (1985)



Os seis grupos de 1970 são descritos em seguida:

Grupo I:

Formado por 59 mesorregiões, localizadas principalmente nas regiões norte, nordeste e litorânea do sul e sudeste do Brasil, é o grupo com o maior número de elementos (figura 6.1).

Esse grupo, pela análise dos dados originais, pode ser caracterizado pela baixa presença das atividades agropecuárias e de pessoal ocupado. Por outro lado, está relacionado à variável que identifica a porcentagem total dos estabelecimento com áreas inferiores a 100 hectares (Anexo VI - Gráfico 2).

Pode parecer contraditório o fato de existir propriedades com menos de 100 hectares não relacionadas à atividade agropecuária intensa. No entanto, ao se verificar a localização geográfica das mesorregiões que compõem esse grupo, percebe-se que estas se localizam em áreas de baixa vocação agrícola (áreas litorâneas das regiões sul e sudeste, e regiões norte e nordeste). Pode-se relacionar o grupo principalmente à região nordeste, onde, como já descrito anteriormente, notam-se pequenas propriedades com atividade agropecuária reduzida.

b) Grupo II

Este grupo é composto por 13 mesorregiões, localizadas em sua grande maioria na região centro-oeste e nos extremos sul e norte do país.

O grupo pode ser representado pelas variáveis relativas à porcentagem dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares (ESM) e às áreas com pastagens naturais (PNT). Deve ser destacado que a variável ESM está em oposição a variável que representa a porcentagem dos estabelecimentos com menos de 100 hectares, fato esse que vem ressaltar o grupo como de grandes propriedades, com uma predominância de pastagens naturais.

c) Grupo III

Este grupo, composto de 12 mesorregiões, apresenta a característica particular de estar situado numa faixa de transição entre o Grupo I, já definido como representativo de uma baixa atividade agropecuária, e os grupos IV, V e VI, que de uma forma geral podem ser relacionados a uma atividade agropecuária mais intensa. As observações desse grupo se posicionam ao redor do ponto de origem do gráfico formado pelos eixos fatoriais (Anexo VI, Gráficos 1 e 2).

Verifica-se que este grupo está associado às variáveis relativas às áreas de algodão (ALG), amendoim (AME), feijão (FEI), mandioca (MAN), milho (MIL), café (CAF),

pastagens formadas (PFR), de efetivos bovinos (BOV), suínos (SUI), aves (AVI) e do número de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE). Está oposto às variáveis que representam a utilização do crédito rural (CRE) e ao número de estabelecimentos com mais de 50 pessoas ocupadas.

Esta situação vem indicar que os elementos desse grupo têm a peculiaridade de apresentar uma baixa utilização de crédito rural. Mas, ao mesmo tempo que isto ocorre, este grupo apresenta uma diversificação da atividade agropecuária, com índices para áreas acima da média brasileira, associado a propriedades com menos de 10 pessoas ocupadas.

d) Grupo IV

Composto por apenas uma mesorregião (056 corresponde a Campinas e Ribeirão Preto), verifica-se que este grupo apresenta uma atividade agropecuária diversificada, por conta da presença de ALG, AME, FEI, MIL, CAF, PFR, BOV, SUI, AVI, estando presente tanto a variável que representa a porcentagem de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE) como a com mais de 50 pessoas ocupadas (MCE). Deve-se destacar finalmente a presença da variável relativa às áreas com cana-de-açúcar (CAN).

Esse grupo constitui uma das regiões agrícolas mais desenvolvidas do país, principalmente quanto à sua atividade agro-industrial, o que vem justificar a presença marcante das variáveis relativas aos fatores de produção, notadamente utilização de crédito

e mão-de-obra ocupada na agricultura.

e) Grupo V

Formado por duas observações, a 058 e 067 (correspondentes às mesorregiões do Sudoeste Paulista e Norte Paranaense), que se apresentam de forma contígua territorialmente, este grupo se apresenta como uma região de intensa atividade agropecuária. Portanto, com características semelhantes ao Grupo IV, quanto ao conjunto das atividades produtivas, estando também associado à variável que indica a presença de propriedades com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE).

Pode-se detectar, ainda que de uma forma menos intensa à verificada no Grupo IV, a utilização do Crédito Rural (CRE) e o número de estabelecimentos com mais de 50 empregados. Esse grupo se diferencia do Grupo IV pela ausência da cultura da cana-de-açúcar (CAN).

Associado a esse grupo, ressalta-se o direcionamento do crédito rural para as regiões mais desenvolvidas do país, principalmente no Sul e Sudeste, em detrimento das demais regiões.

f) Grupo VI

Esse grupo, formado por apenas uma mesorregião, correspondente a 076 (Planalto Meridional do Rio Grande do Sul), da mesma forma que nos Grupos IV e V, apresenta uma atividade agropecuária que pode ser considerada intensa.

Caracteriza-se pela presença das variáveis relativas às culturas do algodão (ALG), amendoim (AME), feijão (FEI), milho (MIL), café (CAF), áreas com pastagens formadas (PFR), e efetivos bovinos (BOV), suínos (SUI) e de aves (AVI).

Diferencia-se dos Grupos IV e V por apresentar como característica relevante a variável representativa da porcentagem de estabelecimentos com menos de 100 hectares, em oposição às variáveis que são representativas da porcentagem dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares (ESM), às áreas com cana-de-açúcar (CAN), utilização do crédito rural (CRE), e ao total de estabelecimentos com mais de 50 pessoas ocupadas.

Por sua vez, para o ano de 1985, embora a melhor divisão adotada com base no dendrograma (Anexo V) seja de 5 grupos, pode-se observar que a distribuição dos grupos obtidos apresenta similaridade com aquela obtida para o ano de 1970. No entanto, de acordo com a própria caracterização dos grupos efetuada a seguir, isto não compromete as comparações entre os dois períodos.

Cada grupo nesta análise pode ser assim descrito e caracterizado:

a) Grupo I

Formado por 43 mesorregiões, número não muito distante do obtido para a análise de 1970, apresenta-se posicionado inversamente às variáveis de áreas com as culturas de feijão (FEI), Milho (MIL), Soja (SOJ), Trigo (TRI), efetivos bovinos (BOV), de suínos (SUI), aves (AVI), e de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE). Caracteriza-se por ser um grupo com atividades agropecuárias pouco desenvolvidas.

Em 1985, as variáveis ESM e EIC não se apresentaram associadas às observações desse grupo.

b) Grupo II

Esse grupo, composto por 15 mesorregiões, da mesma maneira que na análise para 1970, localiza-se na região Centro Oeste e extremos norte e sul do país.

Nesse grupo há uma associação das variáveis representativas da porcentagem de estabelecimentos com mais de 1000 hectares (ESM), áreas com pastagens naturais e plantadas (PNT e PFR), e efetivos bovinos (BOV).

A presença das variáveis representativas das áreas de pastagens, tanto naturais como plantadas, de efetivos bovinos, e da porcentagem dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares caracteriza esse grupo como voltado à atividade extensiva quanto à utilização das terras. Isto fica mais evidente quando se observa que existe uma oposição à variável que identifica a porcentagem dos estabelecimentos com menos de 100 hectares.

Apesar do avanço da fronteira agrícola, principalmente no período 1970/85, sobretudo com as culturas de soja e trigo, esse grupo manteve as características indicativas de pecuária extensiva que já existiam em 1970.

c) Grupo III

Esse grupo, formado por 24 mesorregiões, distribuídas entre as regiões Nordeste, Sul e Sudeste, da mesma forma que no grupo III da análise para 1970, apresenta a característica de estar numa faixa intermediária entre os grupos I e o IV e V.

Apresenta-se caracterizado pelas variáveis representativas das áreas de feijão (FEI), milho (MIL), soja (SOJ), trigo (TRI), pastagens nativas e plantadas (PNT e PFR), de efetivos bovinos, suínos e de aves (BOV, SUI, AVI), e do total dos estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE). Estes aspectos caracterizam esse grupo como voltado para atividades agropecuárias diversificadas e associado a estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas.

d) Grupo IV

Esse grupo, formado por duas mesorregiões, as 056 e 058 (correspondentes às mesorregiões de Campinas e Ribeirão Preto e Sudoeste Paulista, localizadas no Estado de São Paulo), caracteriza-se pela presença das variáveis relativas a feijão (FEI), milho (MIL), soja (SOJ), trigo (TRI), cana-de-açúcar (CAN), efetivos bovinos (BOV), de suínos (SUI), de aves (AVI) e representativa dos estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas (MDE).

O conjunto dessas variáveis indica, da mesma forma que para 1970, a importância que a atividade agropecuária tem nesse grupo, devendo ser destacada a presença significativa da cana-de-açúcar (CAN).

Dessa forma, esse grupo pode ser caracterizado por possuir, além de atividade agropecuária diversificada, uma clara vocação para utilização de culturas agro-industriais, trigo, soja e cana-de-açúcar. Define-se por uma agricultura altamente desenvolvida e diversificada.

e) Grupo V

Formado por 4 mesorregiões (066, Oeste Paranaense; 067, Norte Paranaense; 071, Oeste Catarinense; e 076 Planalto Meridional do Rio Grande do Sul), que se apresentam em

continuidade geográfica, esse grupo pode ser considerado, junto com o grupo IV, como a região aonde a atividade agropecuária se apresenta muito atuante.

Da mesma forma que no grupo IV, as variáveis associadas a esse grupo indicam uma intensa atividade agropecuária, salientando-se: feijão, milho, soja, trigo, efetivos suínos, bovinos e de aves e o total dos estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas.

Ainda que os grupos IV e V sejam bastante semelhantes (considerando-se somente o aspecto produtivo), diferenciam-se principalmente quanto à presença marcante da atividade agro-industrial baseada na cana-de-açúcar, encontrada em grande escala no grupo IV.

7. CONCLUSÕES

A análise da agropecuária brasileira baseada nos aspectos de nível tecnológico, áreas com culturas temporárias e permanentes, pecuária, mão-de-obra e estrutura fundiária, para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985, mostra que a dinâmica de crescimento foi revertida no período 1980/85. Tal situação esteve intimamente ligada à política de crédito rural, que após apresentar um período de forte expansão entre 1970/79, teve volumes de financiamentos sensivelmente reduzidos após esse último ano.

Várias atividades que vinham apresentando um crescimento acentuado, desde 1970 até 1980, desaceleraram o crescimento no período 1980/85, chegando mesmo a reverter essa tendência, voltando aos mesmos patamares que eram observados em 1970.

Outro dado que merece grande importância é a reversão na concentração da terra com a redução do tamanho médio das propriedades e o aumento do pessoal ocupado na agricultura, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, fenômeno que estaria ligado principalmente à minifundização, observado nessas regiões

As causas da reversão no dinamismo da agricultura estariam ligadas, entre outros aspectos, à grave crise econômica e ao arrefecimento da expansão da fronteira, sobretudo no final da década de 70.

A análise em componentes principais evidenciou que algumas variáveis (como áreas com algodão, amendoim, café e pastagens formadas) apresentaram correlações elevadas com o primeiro fator em 1970, o mesmo não ocorrendo em 1985, em que se destacaram novas culturas (soja e trigo).

Isto indica a perda de importância relativa de certas atividades, principalmente amendoim e algodão, em benefício de outras, como é o caso da soja e o trigo, que tiveram significativa expansão de área ao longo da década de 1970. Estas culturas se relacionavam fortemente à indústria agro-alimentar, sobretudo a soja.

Como era de se esperar, as variáveis indicativas do volume total de crédito rural e total dos estabelecimentos com mais de 50 pessoas ocupadas, que em 1970 se correlacionavam com o segundo eixo fatorial, não se apresentaram da mesma forma em 1985. Houve acentuada redução dos volumes de crédito rural, conforme referência anterior.

Por sua vez, a cultura da cana-de-açúcar esteve presente com valores indicando correlação tanto em 1970 como em 1985. Embora tenha existido forte expansão dessa

atividade, em termos de área total, decorrente sobretudo dos incentivos do PROÁLCOOL, a cultura já mostrava um peso significativo em 1970.

A análise hierárquica, efetuada para os anos de 1970 e 1985, deixou claro que as mudanças ocorridas no período não foram suficientes para causar modificações marcantes nas características dos grupos de mesorregiões, quando efetuada a comparação entre os referidos anos.

No entanto, um aspecto observado foi a redução do número de indivíduos do grupo I, classificado como de agricultura pouco desenvolvida (localizado majoritariamente nas regiões Norte, Nordeste e litoral brasileiro), passando de 59 mesorregiões em 1970 para 43 em 1985. Isto pode ter caracterizado uma tendência de dinâmica na atividade agrícola das mesorregiões que mudaram de grupo.

Considerando-se que diversas mesorregiões migraram do grupo I para o grupo III, de 1970 para 1985, o grupo III que abrangia apenas algumas áreas do Ceará, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, considerado como de transição (no que se refere às variáveis utilizadas) passa a abranger amplas áreas da Região Nordeste.

A localização da atividade pecuária, associada quase sempre às grandes propriedades, não sofreu grandes mudanças no período. Representada pelo Grupo II, localizado principalmente na Região Centro-Oeste, oeste de Minas Gerais e nos extremos

Norte e Sul do país, a configuração permanece basicamente a mesma, tanto em 1970 como em 1985.

Esse fato mostra que apesar da grande expansão da fronteira agrícola para a Região Centro Oeste, o perfil característico da pecuária se manteve.

Por sua vez, em 1970, os Grupos IV e V, localizados nos Estados de São Paulo e Paraná, com indicadores importantes de desenvolvimento e diversificação agrícola, diferenciavam-se no que se refere à presença da cana-de-açúcar, muito mais marcante no grupo IV (em São Paulo). Em 1985 não houve mudanças relevantes, comparativamente à situação em 1970.

Portanto, em 1970 a Mesorregião 056 (Campinas e Ribeirão Preto), do grupo IV, já se apresentava com cana-de-açúcar. No decorrer do período (1970 para 1985), os incentivos de crédito (PROÁLCOOL) reforçaram ainda mais a agroindústria de açúcar e álcool na região.

O grupo VI, que em 1970 era composto por uma só mesorregião (076, Planalto Meridional do Rio Grande do Sul) e que se diferenciava dos Grupos IV e V, quanto à porcentagem dos estabelecimentos com mais de 100 hectares, em 1985 passou a compor o grupo V. Este grupo, formado agora por mais 3 mesorregiões (correspondentes ao norte e oeste do Paraná e oeste de Santa Catarina), também apresentou como característica uma

exploração agropecuária bastante dinâmica.

A formação dos grupos IV e V em 1985 evidenciava a existência de uma região que segue ao longo de quatro Estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com características mais ou menos semelhantes de desenvolvimento do ponto de vista agropecuário.

De modo geral, a formação de grupos em 1985 pode ser assim caracterizada:

- a) Grupo I: atividade agropecuária reduzida, ou de pouca expressão;
- b) Grupo II: existência da pecuária;
- c) Grupo III: de transição (no que diz respeito às variáveis utilizadas);
- d) Grupo IV: intensa atividade agropecuária, (com a existência da agroindústria canavieira);
- e) Grupo V: semelhante ao grupo IV (entretanto, sem a presença marcante da cana-de-açúcar)

Finalmente, um aspecto importante do trabalho realizado foi a possibilidade de associação do método dos Componentes Principais ao da Análise Hierárquica. Assim, foi possível obter características dos fatores, bem como separar grupos relativamente homogêneos, à partir das variáveis escolhidas. Isto possibilitou a comparação de períodos distintos e a visualização das características da agropecuária nos anos estudados.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANANIA, Giovanni. Differenziazioni aziendali e modelli di classificazione: i risultati di un'applicazione di analisi fattoriale. *Rivista di Economia Agraria*, Roma, v. 36, n. 3, p. 455-479, 1981.
- ANJOS, Natanael Miranda, YAMAGUISHI, Caio T.; CARVALHO, Flávio Condé de. *Análise do setor agrícola brasileiro*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1988. 162p. (Relatório de Pesquisa 03/88)
- BARNUN, H. N. The interrelationship among social and political variables, economic struture, and rural-urban, migration. *Economic Development and Cultural Change*, England, v. 24, n. 4, p. 759-764, 1976.,
- BUSSAB, Wilton de Oliveira, MIAZAKI, Édina Shizue, ANDRADE, Dalton Francisco. *Introdução à análise de agrupamentos*. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística, 1990. 105p.
- CARDOSO, João Luiz. Estrutura produtiva do setor rural ao nível de unidade da Federação. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1991, Campinas. Anais. . . . Brasília, 1991. v.3, p.418-441.
- COORDENADORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Tendências e padrões de crescimento da agropecuária. *Dados conjunturais da Agropecuária*. Brasília: IPEA, mai. 1987, p.11-16.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Campanha da produtividade*. Brasília: EMBRAPA, 1990. 23p.

FUENTES-LLANILLO, Rafael. *Caracterização da estrutura de produção agropecuária do Estado do Paraná*. Piracicaba: USP, 1984. 177p. (Dissertação Mestrado em Agronomia Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1984.)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo agropecuário de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 24v.

_____. *Censo agropecuário de 1975*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 25v.

_____. *Censo agropecuário de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984. 26v.

_____. *Censo agropecuário de 1985* Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.] (Listagens de computador.)

_____. *Sinopse preliminar do censo agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973-v. 4, 1985.

FÜRST, Patrícia. Um estudo das relações intersetoriais Brasil, 1970, aplicação do método de componentes principais. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 179-180, p. 165-226, jul./dez. 1984.

FUTINO, Ana Maria, SILVEIRA, José Maria F. da.. A indústria de defensivos agrícolas no Brasil. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 38, p. 1-43, 1991. (Tomo Especial)

GASQUES, José Garcia, VILLA VERDE, Carlos M. Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta. *Dados conjunturais da agropecuária*. Brasília: IPEA, p.5-15, nov. 1987. (Texto para discussão n.o 204)

GRAZIANO DA SILVA, José. Pessoal ocupado: Alguns resultados preliminares do Censo Agropecuário de 85. *Dados Conjunturais da Agropecuária*. Brasília: IPEA, n. 145, p. 21-42 mai. 1987.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. Estudo da organização da região sul através da análise factorial. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 33-52, jan./mar., 1974.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Departamento de Cadastro e Tributação. *Zoneamento agrário, 1.a fase*. Brasília: Incra/Serpro, 1978. 140p. (Informativo técnico, 4).

JUDEZ ASENSIO, Lucinio. Análisis de componentes principales. In _____ . *Técnicas de análisis de datos multidimensionales*. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1988. 301 p. p.23-67.

JUDEZ, L., FERNANDEZ, J. M., BELLOSTAS, J., Regional differences in the spanish agricultural production in the 1962 and 1971. *European Review of Agricultural Economics*, v. 3, n. 1, p. 93-103, 1976.

JUDEZ, Lucinio, GARCIA-VELAZQUEZ, A. Analyse comparative des structures d'un groupe de régions à orientation céréalière en Espagne, France, Grèce, Italie et Portugal. *Economie rurale*, Versailles, Société Française d'Economie Rurale, n. 156, p.34-40, juil./août, 1983.

LEONE, Eugênia Troncoso. *Modernização e distribuição de renda na agricultura no Estado da Bahia em 1980*. Campinas: UNICAMP, 1988. 152p. (Dissertação Mestrado em Agronomia Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1988.

KAGEYAMA, Angela. (Coord) . *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: Unicamp, 1987. 121p. (mimeo.)

KELLER, Elza Coelho de Souza. Tipos de agricultura no Paraná. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p.41-86, out./dez., 1970.

KIYUNA, I. *Modernização da agricultura e distribuição de renda no Estado de São Paulo, 1980*. Piracicaba: USP, 1984. 198p. (Dissertação Mestrado em Agronomia, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1984.)

- MARSAL, Pierre. Análise factorielle appliquée aux groupes d'entreprises agricoles. In _____, *Méthodes d'analyse statistique de entreprises agricoles*. Thiverval-Grignon: INRA - Laboratoire d'Economie Rurale, 1973. p. 121-149. (Version préliminaire).
- MARTINI, George. A evolução recente da estrutura de produção agropecuária: algumas notas preliminares. *Dados Conjunturais da Agropecuária, análise dos dados do censo agropecuário de 1985*. Brasília, IPEA, jul. 1987, p.64-88. (edição especial)
- MINISTÉRIO DE ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA. Portaria interministerial de 15 de agosto de 1990. das diretrizes de política , econômica para a agricultura. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 ago. 1990. Caderno B, p. 6.
- MÜELLER, Charles Curt. A evolução recente da agropecuária brasileira segundo os dados dos censos agropecuários. *Dados conjunturais da agropecuária*. Brasília: IPEA, jul. 1987, p.11-41. (Edição Especial)
- NASCIMENTO, José, et al. Zoneamento ecológico da pecuária bovina do Estado de São Paulo, Brasil. *Boletim de Indústria Animal*. São Paulo: v. 32, n. 12, p. 185-237, 1975.
- SAS INSTITUTE INC. The comprinc procedure. In _____. SAS user's quide: statiscs, version 5 edition. Cary, ,SAS Institute Inc, 1985. 956p. cap 28, p. 622-637
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Zoneamento agrícola do Estado de São Paulo*. Campinas: CATI, 1974-1977. 2v.
- SILVA, João Gilberto Correa da, CORDEIRO, Célia. M. Torres. Estudo do zoneamento da Região Centro-Sul do Brasil para a cultura do milho *Pesquisa Agropecuária Brasileira*. Brasilia, v. 15, n. 2, p. 191-205, abr. 1980.
- SPOSITO-FLORES, E. Fatores de variación de la productividad lechera en la zona occidental del Estado Miranda, Venezuela. *Rivista de la Faculdade de Agronomía de la, Universidad Central de Venezuela*, Maracay, v. 10, n. 1/4, p. 5-19, 1979.

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões

Nº	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
01	Rondônia	Rondônia	001
02	Acre	Alto Jurus	011
		Alto Purus	012
03	Hiléia Amazonense	Alto Solimões	021
		Jurus	022
		Purus	023
		Madeira	024
		Rio Negro	025
		Solimões-Jurus	026
04	Manaus	Médio Amazonas	027
05	Roraima	Roraima	031
06	Hiléia Paraense	Médio Amazonas Paraense	041
		Tapajós	042
		Baixo Amazonas	043
		Xingu	044
		Araguaia Paraense	049
07	Leste Paraense	Furos	045
		Campos de Marajó	046
		Baixo Tocantins	047
		Marabá	048
		Tomé Açu	050
		Guajirana	051
		Salgado	052
		Bragantina	053
		Viseu	055
08	Belém	Belém	054
09	Amapá	Macapá	061
		Amapá e Oiapoque	062
10	Oeste Maranhense	Guarupi	101
		Baixada Ocidental Maranhense	102
		Pindaré	106
		Imperatriz	110
		Altos Mearim e Grajaú	111
		Médio Mearim	112
11	São Luiz	São Luiz	103
12	Leste Maranhense	Baixada Oriental Maranhense	104
		Baixo Parnaíba Maranhense	105
		Mearim	107
		Itapecuru	108
		Alto Munim	109
		Alto Itapecuru	113
13	Sul Maranhense	Chapada Sul Maranhense	114
		Baixo Balsas	115
		Pastos Bons	116

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões (Continuação)

Nº MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
14 Norte Piauiense	Baixo Parnaíba Piauiense	121
	Campo Maior	122
	Médio Paranaíba Piauiense	124
	Valença do Piauí	125
	Baixos Agrícolas Piauiense	127
15 Terezina	Terezina	123
16 Sul Piauiense	Floriano	126
	Alto Parnaíba Piauiense	128
	Médio Gurgéia	129
	Altos Piauí e Canindé	130
	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	131
17 Nordeste Cearense	Litoral de Camocim e Acaray	141
	Baixo Médio Acaraí	142
	Uruboretama	143
	Ibiapaba	147
	Sobral	148
	Sertões do Canindé	149
	Ibiapaba Meridional	151
	Sertões de Crateús	152
18 Fortaleza	Fortaleza	144
19 Centro Leste Cearense	Litoral de Pacajus	145
	Baixo Jaquiribe	146
	Serra de Baturité	150
	Sertão de Quixaramobim	153
	Sertões de Senador Pompeu	154
	Médio Jaquiribe	155
	Serra do Pereiro	156
20 Sul Cearense	Sertões de Inhamuns	157
	Iguatu	158
	Sertão do Salgado	159
	Serra de Cariri Açu	160
	Sertão do Cariri	161
	Cariri	163
21 Oeste Potiguar	Salineira Norte Riograndense	171
	Açú e Apodi	173
	Serrana Norte Riograndense	177
	Seridó	178
22 Central Portiguar	Litoral de São Bento do Norte	172
	Sertão de Angicos	174
	Serra Verde	175
	Borborema Potiguar	179
	Agreste Potiguar	180
23 Natal	Natal	176

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões (Continuação)

Nº	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
24	Sertão Paraibano	Catolé do Rocha Seridó Paraibano Curimatau Sertão de Cajazeiras Depressão do Alto Piranhas Cariris Velhos	201 202 203 206 207 208
25	Agreste e Brejo Paraibano	Piemonte de Borborema Agreste de Borborema Brejo Paraibano Agropastoril do Baixo Paraíba Serra do Teixeira	204 209 210 211 212
26	João Pessoa	Litoral Paraibano	205
27	Sertão Pernambucano	Ararapina Salgueiro Sertão Pernambucano São Francisco Alto Pajeú Sertão de Moxotó	221 222 223 224 225
28	Agreste Pernambucano	Arcoverde Agreste Setentrional Pernambucano Vale do Ipojuca Agreste Meridional Pernambucano	226 227 228 229
29	Mata úmida Pernambucana	Mata Seca Pernambucana Mata úmida Pernambucana	230 232
30	Recife	Recife	231
31	Sertão Agreste Alagoano	Sertão Alagoano Batalha Palmeira dos Índios Arapiraca Penedo	241 242 243 246 249
32	Mata Alagoana	Mata Alagoana Litoral Norte Alagoano Tabuleiros São Miguel dos Campos	244 245 247
33	Maceió	Maceió	248
34	Sergipana	Sertão Sergipano do São Francisco Propriá Nossa Senhora das Dores Cotinguiba Agreste de Itabaraína Agreste do Lagarto Sertão do Rio Real	261 262 263 264 265 266 268
35	Aracaju	Litoral Sul Sergipano	267

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões (Continuação)

Nº	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
36	Oeste Baiano	Chapadão do Alto Rio Grande Chapadão do Rio Corrente Baixo Médio São Francisco Médio São Francisco Chapada Diamantina Setentrional Chapada Diamantina Meridional Serra Geral da Bahia Senhor do Bonfim Corredeiras do São Francisco	301 302 303 304 305 306 307 308 310
37	Leste Baiano	Piemonte da Diamantina Sertão de Canudos Serrinha Feira de Santana Jequié Planalto da Conquista Pastoril de Itapetinga Sertão dePaulo Afonso Agreste de Alagoinhas Litoral Norte Baiano Recôncavo Baiano	309 311 312 313 314 315 316 317 318 319 321
38	Salvador	Salvador	320
39	Litoral Sul Baiano	Tabuleiros de Valença Encosta Planalto da Conquista Cacauéira Interiorana do Extremo Sul da Bahia Litorânea do Extremo Sul da Bahia	322 323 324 325 326
40	Noroeste Mineiro	São Francisco da Januária Serra Geral de Minas Chapadões de Paracatu Alto Médio São Francisco	401 402 404 405
41	Nordeste Mineiro	Alto Rio Pardo Montes Claros Mineradora do Alto Jequitinhonha Pastoril dePedra Azul Pastoril de Almenara Mineradora de Diamantina Teófilo Otoni Pastoril de Nanuque	403 406 407 408 409 411 412 413
42	Centro-Oeste Mineiro	Médio Rios das Velhas Alto Paranaíba Mata da Corda Três Marias	410 415 416 417
43	Triângulo Mineiro	Uberlândia Pontal do Triângulo Mineiro Uberaba	414 421 422

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões (Continuação)

Nº	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
44	Mata e Rio Doce Mineiro	Bacia do Suacuí	418
		Governador Valadares	419
		Mantena	420
		Mata de Caratinga	428
		Bacia do Manhuaçu	429
		Mata de Ponte Nova	432
		Vertente Ocidental de Caparaó	433
		Mata de Viçosa	436
		Mata de Muriaé	437
		Mata de Ubá	440
		Mata de Cataquases	445
45	Sudoeste Mineiro	Planalto de Araxá	423
		Alto São Francisco	424
		Furnas	434
		Formiga	435
		Mogiana Mineira	438
		Planalto de Poços de Caldas	441
		Planalto Mineiro	442
		Alto Rio Grande	443
		Alta Mantiqueira	446
46	Centro Oeste Mineiro	Calcários de Sete Lagoas	425
		Siderúrgica	427
		Divinópolis	430
		Espinhaço Meridional	431
		Campos da Mantiqueira	439
		Juiz de Fora	444
47	Belo Horizonte	Belo Horizonte	426
48	Espírito Santense	Alto São Mateus	501
		Colatina	502
		Baixada Espírito Santense	503
		Colonial Serrana Espírito Santense	504
		Vertente Oriental do Caparaó	506
		Cachoeira do Itapemerim	507
		Litoral Sul Espírito Santense	508
49	Vitória	Vitória	505
50	Norte Fluminense	Itaperuna	511
		Miracema	512
		Açucareira de Campos	513
51	Centro Oeste Fluminense	Cantagalo	514
		Cordeiro	516
		Serrana Fluminense	518
		Bacias do São João e Macacu	520
		Cabo Frio	522
52	Periferia do Grande Rio	Três Rios	515
		Vassouras e Piraí	519
		Baía da Ilha Grande	523
53	Vale do Paraíba Fluminense	Vale do Paraíba Fluminense	517

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões (Continuação)

Nº	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
54	Grande Rio de Janeiro	Fluminense do Grande Rio Guanabara	521 531
55	Alta e Média Araraquarense	Alta Araraquarense de Fernandópolis Alta Araraquarense de Votuporanga Divisor do Turvo Grande Médio São José dos Dourados Divisor São José dos Dourados-Tietê São José Rio Preto Média Araraquarense	601 602 603 608 609 610 611
56	Campinas e Ribeirão Preto	Barretos Alta Mogiana Serra de Jaboticabal Ribeirão Preto Araraquara Jaú Rio Claro Campinas Açucareira de Piracicaba Tatuí Sorocaba Jundiaí	604 605 612 613 618 622 623 624 630 631 632 633
57	Mantiqueira Paulista	Planalto de Franca Serra de Batatais Depressão Periférica Setentrional Encosta Ocidental Mantiqueira Paulista Estânc. Hidrominerais Paulistas Bragança Paulista	606 614 619 620 625 634
58	Sudoeste Paulista	Alta Noroeste de Aracatuba Nova Alta Paulista Alta Noroeste de Penápolis Bauru Alta Paulista Alta Sorocabana de Presidente Prudente Alta Sorocabana de Assis Ourinhos Serra de Botucatu Campos de Itapetininga	607 615 616 617 621 626 627 628 629 636
59	Vale do Parába Paulista	Vale do Parába Paulista	635
60	Sul Paulista	Paranapiacaba Apiaí Baixada do Ribeira	637 640 641
61	Grande São Paulo	Grande São Paulo	638
62	Serra e Litoral Norte Paulista	Alto Paraíba Costa Norte Paulista	639 643
63	Baixada Santista	Baixada Santista	642
64	Curitiba	Curitiba	701

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões (Continuação)

Nº MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
65 Leste Paranaense	Litoral Paranaense	702
	Alto Ribeira	703
	Alto Rio Negro Paraense	704
	Campos da Lapa	705
	Campos de Ponta Grossa	706
	Campos de Jaquaraiá	707
	São Mateus do Sul	708
	Colonial de Irati	709
	Norte Velho de Wenceslau Brás	711
	Médio Iguaçu	724
66 Oeste Paranaense	Alto Ivaí	710
	Campo Mourão	719
	Pitanga	720
	Extremo Oeste Paranaense	721
	Sudoeste Paranaense	722
	Campos de Guarapuava	723
67 Norte Paranaense	Norte Velho de Jararezinho	712
	Algodoreira de Acaí	713
	Norte Novo de Londrina	714
	Norte Novo de Maringá	715
	Norte Novíssimo de Paranavaí	716
	Norte Novo de Apucarana	717
	Norte Novíssimo de Umuarama	718
68 Leste Catarinense	Colonial de Joinville	801
	Litoral de Itajaí	802
	Colonial de Blumenau	803
	Colonial de Itajaí do Norte	804
	Colonial do Alto Itajaí	805
69 Florianópolis	Florianópolis	806
70 Sul Catarinense	Colonial Serrana Catarinense	807
	Litoral de Laguna	808
	Carbonífera	809
	Litoral Sul Catarinense	810
	Colonial do Sul Catarinense	811
71 Oeste Catarinense	Campos de Lajes	812
	Campos de Curitibanos	813
	Colonial do Rio do Peixe	814
	Colonial do Oeste Catarinense	815
	Planalto de Lagoinhas	816
72 Porto Alegre	Porto Alegre	851
73 Encosta do Planalto	Colonial da Encosta da Ser. Merid. Geral	852
	Colonial do Baixo Taquari	856
	Fumicultora de Santa Cruz do Sul	857

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões (Continuação)

Nº	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
74	Leste Riograndense	Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	853
		Vale do Jacuí	858
		Lagoa de Patos	860
		Litoral Orient.de Lagoa de Patos	861
		Lagoa Mirim	862
		Alto Camaquã	863
75	Caxias do Sul	Vinicultora de Caxias do Sul	854
76	Planalto Meridional do Rio Grande do Sul	Colonial do Alto Taquari	855
		Colonial de Missões	866
		Colonial de Santa Rosa	867
		Colonial de Iraí	868
		Colonial de Erechim	869
		Colonial de Ijuí	870
		Passo Fundo	871
		Colonial do Alto Jacuí	872
		Soledade	873
		Campos de Vacaria	874
77	Oeste Gaúcho	Santa Maria	859
		Campanha	864
		Triticultora de Cruz Alta	865
78	Campo Grande	Pastoril de Campo Grande	911
79	Planalto Sul Mato-grossense	Alto Taquari	908
		Paranaíba	909
		Três Lagoas	912
		Campos de Vacaria e Mata Dourados	913
80	Pantanal Mato-grossense	Pantanal	907
		Bodoquena	910
81	Norte do Mato Grosso	Norte Mato-grossense	901
		Alto Guaporé-Jauru	902
		Alto Paraguai	903
82	Cuiabá	Baixada Cuiabana	904
83	Sudeste de Mato Grosso	Rondonópolis	905
		Garças	906
84	Norte Goiano	Extremo Norte Goiano	921
		Baixo Araguaia Goiano	922
		Tocantins de Pedro Afonso	923
		Médio Tocantins Araguaia	924
		Serra Geral de Goiás	925
85	Alto Araguaia-Tocantins	Alto Tocantins	926
		Chapada dos Veadeiros	927
		Vão do Paraná	928
		Rio Vermelho	929
		Planalto Goiano	931
		Alto Araguaia Goiano	932

ANEXO I - Composição das Mesorregiões a partir das Microrregiões (Continuação)

Nº	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº
86	Goiânia	"Mato Grosso" de Goiás	930
87	Sul Goiano	Serra de Caiapó	933
		Meia Ponte	934
		Sudeste Goiano	935
		Vertente Goiana do Paraná	936
88	Distrito Federal	Brasília	941

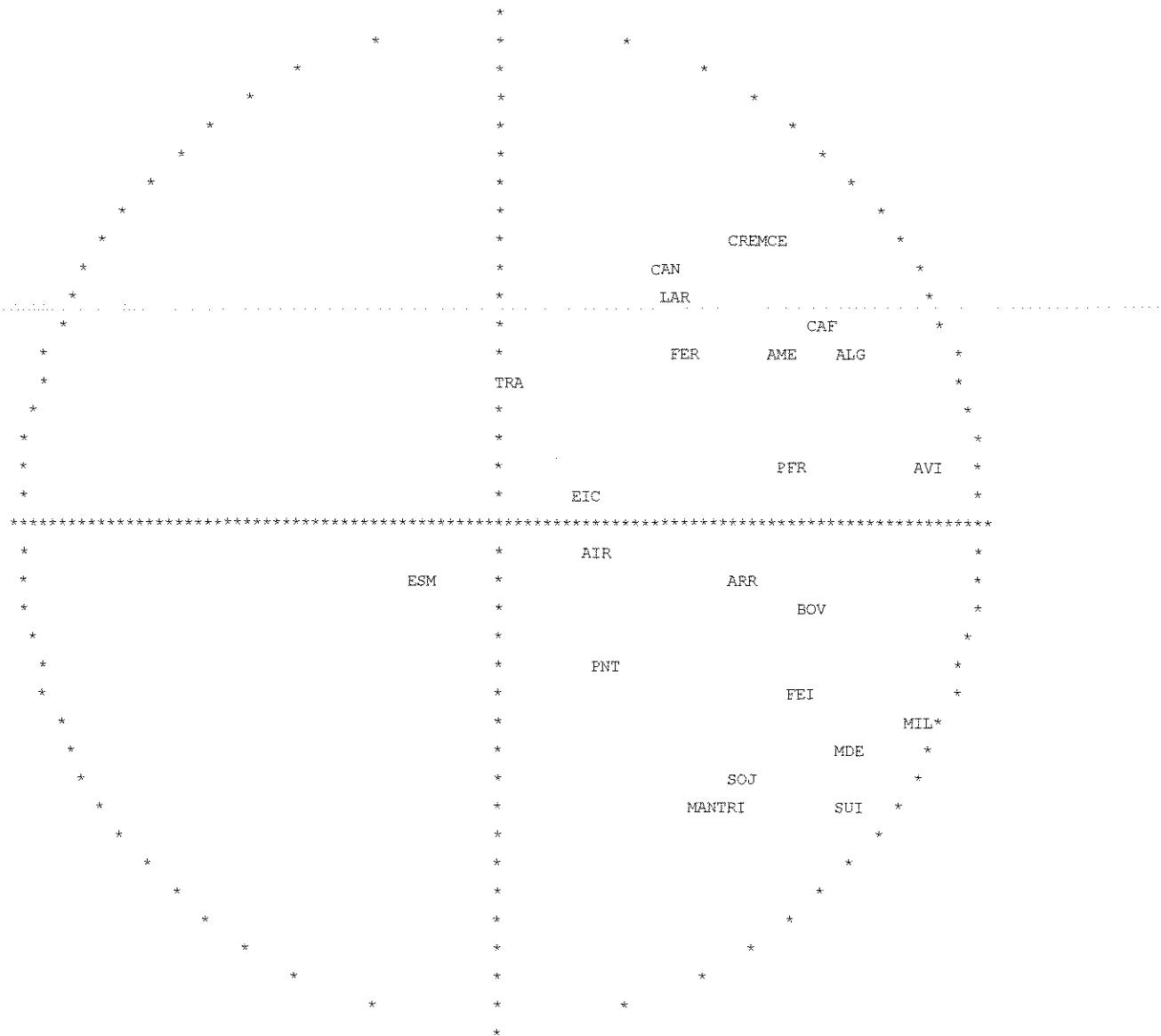
Fonte: Sinopse do Censo Agropecuário 1985

ANEXO II

Tabela 1 - VALORES DAS VARIÁVEIS POR MESORREGIÃO 1970

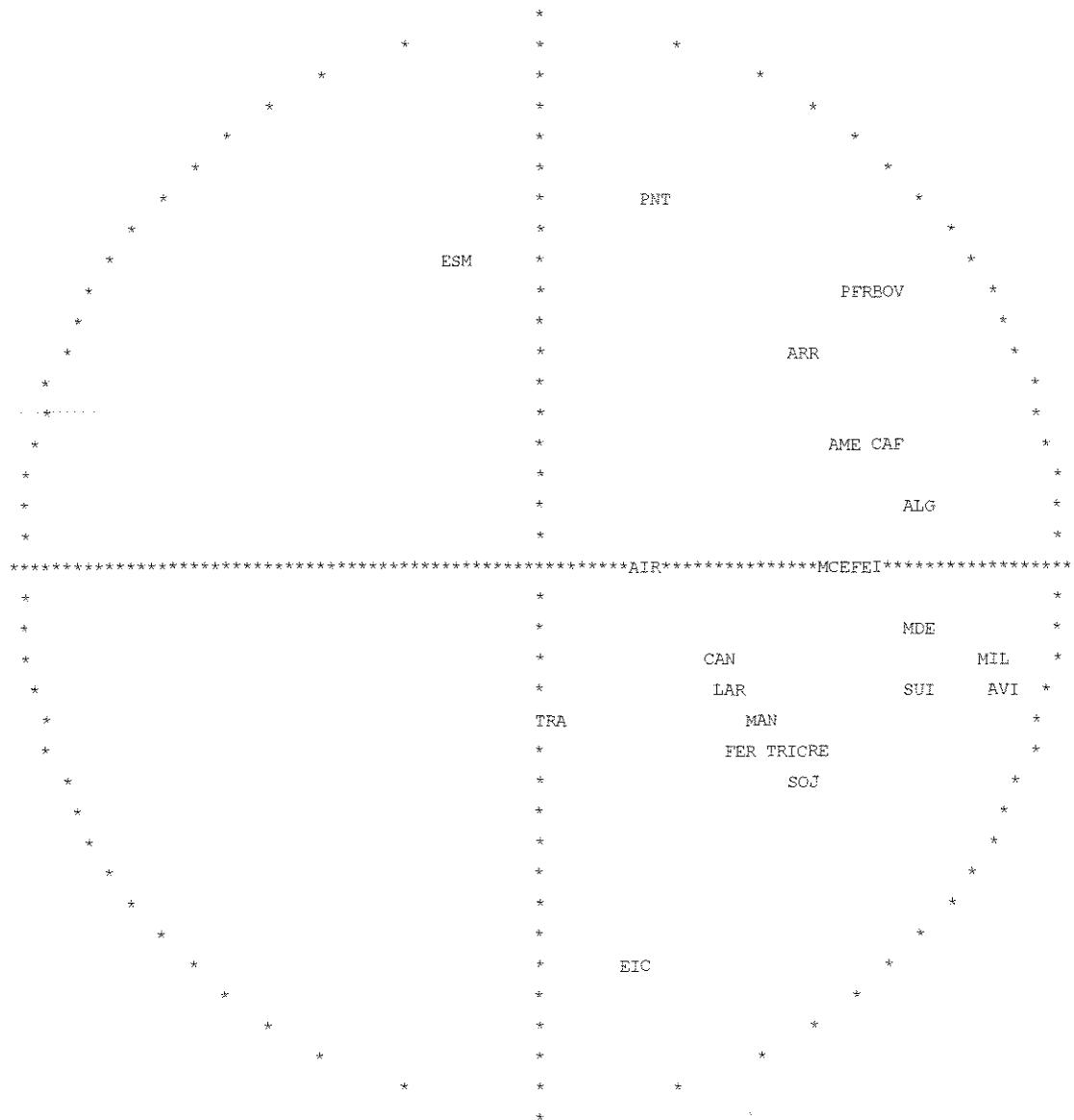
MESO	EIC	ESM	ALG	AME	ARR	CAN	FEI	MAN	MIL	SOJ	TRI	CAF
001	47,08	1,54	1093	496	8270	189	4187	4497	8163	0	0	72
002	40,61	0,83	2	91	12072	696	6438	11498	17048	0	0	127
003	67,77	0,16	0	0	728	275	1580	22960	4381	0	0	100
004	92,54	0,16	0	0	699	349	1346	24251	6688	0	0	361
005	31,54	34,46	0	4	1551	36	552	1431	2458	0	0	5
006	93,84	0,69	0	28	18018	255	6816	23008	19150	0	0	455
007	93,07	0,85	0	161	85926	3619	13637	96138	82108	0	0	214
008	98,62	0,32	0	0	234	6	5	2926	1737	0	0	0
009	75,42	4,97	0	0	1361	47	217	4960	2636	0	0	55
010	93,79	0,23	24219	454	228942	1849	25881	74194	167093	0	0	100
011	97,91	0,01	0	0	1664	52	794	4180	2133	0	0	1
012	94,19	0,41	10219	82	218093	4547	40923	68647	167406	0	0	10
013	77,71	2,75	10096	8	33572	1100	7177	7127	24138	0	0	29
014	93,43	0,38	5510	37	57107	7403	94359	27043	93927	0	0	0
015	94,88	0,40	1493	25	16058	1602	6460	7270	18218	0	0	0
016	82,06	1,57	5796	27	15641	2661	34468	9616	40237	0	0	0
017	89,89	0,56	9962	47	5668	21165	114481	46102	129533	0	0	6043
018	94,96	0,37	370	0	2479	3039	7939	5820	8097	0	0	27
019	90,00	0,59	38116	13	6372	11695	62681	20145	72658	0	0	5736
020	90,88	0,36	10151	710	20472	10517	80225	7286	108101	0	0	182
021	90,19	0,64	14119	0	3122	1659	36844	2810	29821	0	0	0
022	93,63	0,62	33541	0	55	79	28673	19969	15563	0	0	0
023	96,58	0,29	2617	0	157	10231	8243	8894	5317	0	0	0
024	93,06	0,44	26975	1	13951	2696	102454	5707	125375	0	0	712
025	97,59	0,11	33191	1104	895	23750	72312	25935	62545	0	0	79
026	97,73	0,29	1920	40	265	13561	4949	13326	2957	0	0	2
027	92,44	0,30	3094	51	3177	3743	98339	16310	110597	0	0	509
028	98,57	0,04	59010	49	158	14136	167482	90242	197781	0	0	25737
029	94,63	0,47	1332	19	196	229707	3648	18494	5202	0	0	751
030	96,66	0,25	8	2	1	26291	58	2843	18	0	0	1
031	97,61	0,08	23177	232	8032	1819	59310	17425	41833	0	0	333
032	93,00	0,65	2870	35	976	141503	5551	11133	11324	0	0	406
033	91,11	1,08	1	1	1	22874	54	393	17	0	0	2
034	96,78	0,12	7770	530	8697	16783	22063	26897	26201	0	0	95
035	97,01	0,30	8	50	16	757	379	3751	1000	0	0	12
036	93,64	0,28	94347	182	31701	19032	340876	70632	397955	0	0	6827
037	93,11	0,43	5669	2125	1679	22660	190783	145275	174021	0	0	15747
038	96,33	0,20	0	7	4	1873	160	2840	301	0	0	5
039	83,21	0,76	0	103	2040	2294	26878	76579	22761	0	0	6574
040	70,05	3,98	40311	526	38025	7430	68213	9569	110752	7	0	268
041	78,11	1,56	6633	1009	36085	29507	91471	41150	166522	0	0	18351
042	63,55	2,87	961	247	45410	3722	61937	3152	117490	235	0	6429
043	53,51	4,18	17020	1505	254684	12219	9466	2541	154811	2562	0	259
044	88,14	0,25	21	1680	153608	71644	182377	3212	471692	20	0	147711

Fonte: Censo Agropecuário de 1970



Anexo III

Figura 1 - Círculo de Correlação das Variáveis - eixos fatoriais 1 e 2 (1970)

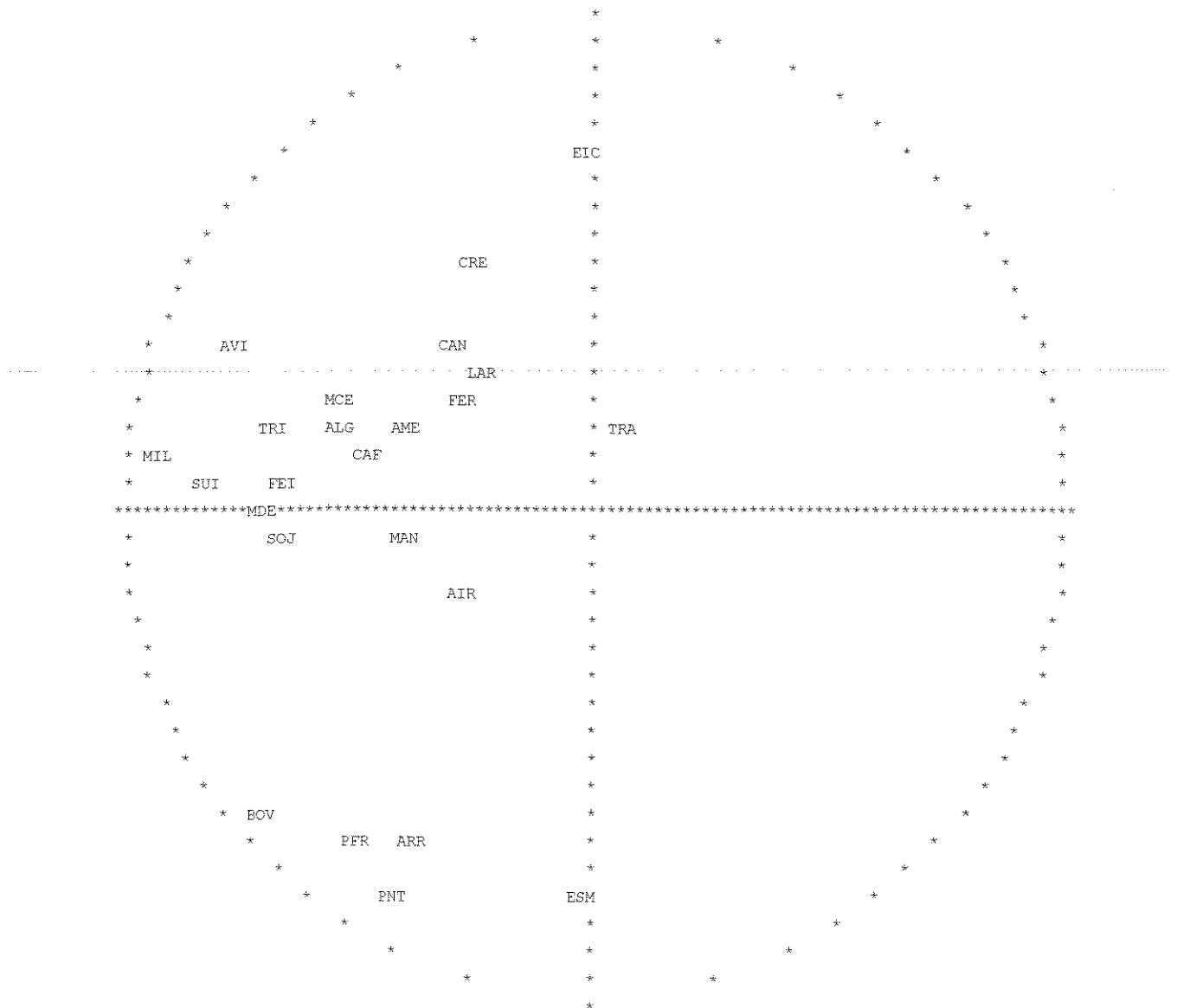


Eixo Fatorial 1 Horizontal

Eixo Fatorial 3 Vertical

Anexo III

Figura 2 - Círculo de Correlação das Variáveis - eixos fatoriais 1 e 3 (1970)



Eixo Fatorial 1 Horizontal

Eixo Fatorial 2 Vertical

Anexo III

Figura 3 - Círculo de Correlação das Variáveis - eixos fatoriais 1 e 2 (1985)

001
002
003
004
005
006
007
011
013
016
019
021
022
028
031
039
042
043
046
048
050
053
054
055
056
057
058
059
060
063
064
072
073
087
014
017
019
020
024
027
029
028
029
031
046
060
070
075
078
089
092
099
094
095
096
097
098
099
090
040
042
083
085
079
082
084
086
074
077
010
012
028
075
056
097
042
084
049
044
045
086
075
058
059
067

Anexo V

Figura 1 Árbol jerárquico 1070

003
016
008
059
003
004
011
022
022
025
014
002
029
012
013
011
019
013
018
023
025
054
047
049
017
053
033
052
059
051
055
019
024
039
040
014
030
059
058
068
070
072
073
061
027
010
041
012
014
017
017
023
029
024
031
046
077
065
025
037
029
031
035
051
045
042
043
025
061
071
040
041
081
043
077
080
081
082
087
074
077
056
059
055
074
067
071

Eixo Fatorial 1	*		056	
080	*			
	*			
	*			
	*			
	*	087		
	*			
005	085	079	058	
	*			
	*			
	084	*		
078	043			
	*			
	040	*	041	077
081 042	*		045	
	*086		044	
082 083	*		074	067
.....001.....	*	048.....	055.....	037.....
009 013	039*			
*** 003 * 036 *				
006 019 014	010			Eixo Fatorial 3
035 004 031	007			
008026 051 025	*	028		
069030 072032	*	057	071	
063 060 068	*			066
054 *	029			056
	*			
	*			
	*			
	*			
	*			
	*			
	*			
	*			
	*			
	061			
	*			
	*			
	*			
	*			
	*			
	*			
	076			

* Eixo Fatorial 1

	056	*	
		*	
		*	
		*	
		*	
		*	
		*	
		*	
066		*	
		*029	
		*	061
076	067	057	* 032 030
			*
	071		
		073	075
	058		
		055	* 068 026008
		048	* 031 060018069
		028	* 034 025 011
		017 020	021022 004 038
			*039 003 053
			***** * 014 * 016
Eixo Fatorial 2		044	012 *
	036		016
			086 001 013002009
	037		079 042
		010 007	*
		041	040 * 006 082
		074	*
			*
			005
			*
			083
		077	*
		087	*
			078
			*
			*
		081	*
			*
		085	084 *
			*
			*
			*
			*
			*
		080	*

Anexo VI

Tabela 1 - Coordenadas das observações sobre os eixos fatoriais, relação dos pontos ocultos.

Gráfico 1		Gráfico 2		Gráfico 3	
Visto	Oculto	Visto	Oculto	Visto	Oculto
001	002	001	002	004	015
001	009	008	011	017	019
010	012	010	012	018	023
006	013	004	015	017	024
007	014	013	016	020	027
004	015	014	017	018	033
006	016	008	018	018	035
008	018	019	020	040	043
019	020	006	021	039	046
004	021	004	022	011	047
004	022	008	023	011	049
008	023	019	024	022	050
019	024	019	027	025	051
011	026	026	033	038	052
019	031	031	034	011	054
030	033	008	038	004	059
019	034	014	046	004	062
008	035	004	047	011	063
008	038	035	049	018	064
039	040	031	050	048	065
011	047	004	052	068	070
008	049	003	053	069	072
008	052	026	059	069	088
011	053	004	062		
030	059	060	064		
011	062	028	065		
051	064	068	070		
041	065	029	073		
025	068	060	075		
011	069	026	068		
043	070				
051	072				
004	078				
027	080				
004	082				